

4.

Missão da Igreja Latino-americano a partir da Conferência de Aparecida

4.1.

Documento de Aparecida: nova configuração eclesial para a América Latina?

A Vª. Conferência Geral do CELAM foi realizada em Aparecida (São Paulo – Brasil), de 13 a 31 de maio de 2007. A convocação de Aparecida não era evidente. O fato de ter sido convocada já significou uma conquista relevante, uma vez que, a partir da realização do Sínodo da América²³², acreditava-se que essa nova estrutura continental substituiria as Conferências do CELAM.

A Conferência de Aparecida se insere numa série de quatro anteriores. Esta “tradição latino-americana”, configurada em mais de quatro décadas, conhece em seu desenvolvimento rupturas e continuidades²³³. A finalidade primeira de uma Conferência de Bispos, tal como se estrutura na Igreja da América Latina e do Caribe, não é redigir um documento. Antes,

Ela significa o exercício da responsabilidade colegial dos Bispos na solicitude pastoral das Igrejas do Continente, em comunhão e colaboração com o ministério petrino, que preside a unidade do Colégio, na pessoa do Bispo de Roma, o papa. Além disso, uma Conferência é sempre mais do que o evento da realização da Assembléia, em data e local precisos que, por sua vez, também é muito mais do que o Documento por ela elaborado²³⁴.

²³² De 16 de novembro a 12 de dezembro de 1997, cerca de trezentos delegados - bispos, cardeais, religiosos, religiosas, sacerdotes e alguns leigos do continente americano - participaram em Roma do Sínodo para a América, com o tema: *"Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América"*. A idéia veio do papa João Paulo II. Num discurso durante a Quarta Conferência dos bispos latino-americanos em Santo Domingo, em 1992, ele manifestou o desejo de realizar um grande encontro com os bispos do continente antes do ano 2000. Cf. JOÃO PAULO II. *Ecclesia in America*: exortação apostólica pós-sinodal. São Paulo: Paulinas, 2002.

²³³ Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano*: do Rio de Janeiro a Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007; LORSCHIEDER, Aloísio. *A caminho da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho*: retrospectiva histórica. Aparecida/SP: Santuário, 2006.

²³⁴ BRIGHENTI, Agenor. “Documento de Aparecida – o contexto do texto”. In: *REB* 268 (2007), pp. 772-773. O autor ressalta que tal como sucedeu com a Assembléia de Santo

As Conferências do CELAM, dentro de seu objetivo eminentemente pastoral, buscaram encontrar respostas para o anúncio do Evangelho, na fidelidade ao mandato missionário de Jesus (Mt 28,19-20; Mc 16, 15-16) no hoje da nossa história e nesse lugar concreto. Neste sentido, a Vª. Conferência Geral também buscou responder à pergunta: como ser Igreja na atual situação da América Latina? Para tanto, “analisou a realidade social, econômica, política, cultural, religiosa e eclesial do Continente. Confrontou-a com a perspectiva teológica escolhida, ou seja, como ser discípulo e missionário em tal contexto histórico. E terminou com propostas de ação pastoral”²³⁵. É precisamente desta forma, que busca-se dar um novo impulso à evangelização, a fim de que os povos latino-americanos continuem crescendo e amadurecendo em sua fé, para serem luz do mundo e testemunhas de Jesus Cristo com a própria vida (cf. DI, 2; DAp, 16).

Assim sendo, a adequada leitura e interpretação do Documento de Aparecida devem situá-lo em relação ao Concílio Vaticano II, à finalidade das Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e também em relação ao espírito no qual o próprio Documento foi gestado.

Na busca das respostas de como ser Igreja na atual situação histórica da América Latina e como ser discípulo missionário em tal contexto, Aparecida constata a situação nova vivida pela Igreja neste Continente, passados quinze anos desde a última Conferência Geral. Tudo muda em todos os lugares. Também a Igreja vive realidades novas e enfrenta desafios novos, aos quais ela deve dar uma resposta. Trata-se de uma verdadeira mudança de época²³⁶.

Diante deste desafio estabelecido pelo evento da Vª. Conferência, que constitui um acontecimento histórico importante para a Igreja deste Continente, o teólogo A. Brighenti destaca quatro elementos da razão de ser das Conferências Gerais dos Bispos, particularmente a de Aparecida²³⁷: 1º) o

Domingo (1992), também a de Aparecida é mais do que o texto do Documento, dados o controle havido em relação a seus membros, as constantes revisões no texto durante e depois da Assembléia, como também a dificuldade de se redigir um documento em pouco espaço de tempo, entre centenas de participantes de tendências e sensibilidades diferentes.

²³⁵ Cf. LIBÂNIO, João Batista. “Conferência de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 257 (2007), p. 20.

²³⁶ AMADO, Joel Portella. “Mudança de época e conversão pastoral: Uma leitura das Conclusões de Aparecida”. In: *Atualidade Teológica* 30 (2008), p. 303. Para o teólogo Joel Portella este termo *mudança de época* (cf. DAp, 44) é uma das indicações mais importantes para a compreensão das mudanças globais, tornado-se o mesmo significativa chave de compreensão para toda a realidade descrita pelo Documento de Aparecida.

²³⁷ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *Op. cit.*, pp. 774-777.

objetivo principal das Conferências Gerais é a preocupação com a missão evangelizadora. E como afirmam Medellín e Puebla, fundados na *Gaudium et Spes*, a ação evangelizadora precisa estar sempre alicerçada em um discernimento da realidade. Propor-se a discernir respostas pastorais aos desafios do momento, significa admitir, com a *Gaudium et Spes*, que “a Igreja nem sempre tem resposta imediata para todos os problemas” (GS, 33). Dada a complexidade dos desafios a Igreja se propõe a buscar soluções junto com todas as pessoas de boa vontade; 2º) cada Conferência Geral tem também como objetivo uma maior integração latino-americana, tanto da Igreja como da sociedade, de nossos povos. A Igreja faz parte do mundo e existe para o mundo, para o seu serviço. O Povo de Deus peregrina com toda a humanidade (LG 1) e, seu destino, não é diferente do destino do gênero humano (GS, 1). Daí o imperativo de unir-se em torno à mesma fé e de sintonizar com as causas dos povos de nosso Continente, que não são diferentes das causas do Evangelho. O Documento de Aparecida, mais do que os das Conferências anteriores, insiste na necessidade de uma ação eclesial, “em colaboração com outros organismos e instituições”, em “âmbito nacional e internacional” (DAP 384); 3º) a Conferência de Aparecida e o Documento por ela gerado se inserem na pequena, mas já consistente “tradição latino-americana”, configurada, sobretudo no período pós-conciliar, a partir da Conferência de Medellín (1968). O rosto próprio da Igreja na América Latina e no Caribe está sendo configurado pela nova consciência eclesial, assumida pelo Concílio Vaticano II e resgatada por Aparecida, que se expressa: nas ricas expressões e práticas do catolicismo popular (cf. DAP, 258-265); nas pequenas comunidades eclesiais de base, um novo modo de ser Igreja (cf. DAP, 178-180); na evangélica opção pelos pobres, como caminho de construção de um mundo justo e solidário (cf. DAP, 391-398); no amor, até ao extremo de dar a própria vida, tal como testemunha o profetismo dos mártires, “nossos santos ainda não canonizados” (cf. DAP, 98); na reflexão teológica, ligada à vida dos cristãos e das pessoas em geral (cf. DAP, 345); na leitura popular da Bíblia, que encarna a Palavra de Deus no hoje de nossa história (cf. DAP, 247; DV, 25); 4º) característica marcante da Igreja presente na América Latina é a valorização da colegialidade episcopal. Em comunhão com o bispo de Roma que é quem preside a unidade de todo esse Colégio vocacionado à solicitude da Igreja universal, as

Conferências Gerais se inserem na tradição da Igreja que, desde os seus primórdios, afrontou desafios, deu respostas pastorais e testemunhou a solicitude com outras Igrejas, através de Sínodos locais e regionais, bem como de Concílios continentais e também ecumênicos.

O Documento de Aparecida não se explica sem a longa preparação da Vª Conferência, que contou com diversas iniciativas visando estabelecer um verdadeiro processo de participação, a fim de que o evento tivesse relevância e pronta acolhida para a Igreja da América Latina²³⁸. Para o teólogo Mário de França Miranda, o Documento Final “é certamente um texto inspirador que pode transformar a ação pastoral da comunidade eclesial, se conseguir concretizar novas modalidades de atuação dos cristãos na sociedade e fazer surgir mudanças estruturais necessárias para este objetivo”²³⁹. Aqui está uma conquista e uma direção importante da Conferência de Aparecida. Os participantes viveram uma profunda experiência de Igreja, tiveram a possibilidade de perceber a riqueza da América Latina, com suas semelhanças e diferenças²⁴⁰. Saíram do encontro continental com a convicção de que um novo élan evangelizador depende também de estruturas institucionais adequadas, estruturas abertas e flexíveis que por sua vez possibilitarão um renovado ardor missionário.

²³⁸ O processo de participação, contou, inicialmente, com o lançamento, em setembro de 2005, do *Documento de Participação*, apresentado para ser refletido em todas as 22 Conferências Episcopais do Continente. Cf. CELAM/CNBB. *Rumo à V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe*. Documento de Participação. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2005. O teólogo Agenor Brighenti faz uma crítica a este Documento por causa da metodologia dedutiva, da linguagem abstrata e essencialista. Cf. Idem. “O Documento de Participação da Vª Conferência. Apresentação e comentário analítico”. In: *REB* 262 (2006), pp. 312-336. Ao Documento de Participação somaram-se seminários, congressos e encontros, realizados ao longo do ano de 2006. No início de 2007, o CELAM publicou o *Documento de Síntese* que recolheu todo o processo de reflexão, especialmente as sínteses dos estudos de cada país, a partir do Documento de Participação. Cf. CELAM/CNBB. *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Síntese das contribuições recebidas. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2007. As contribuições do Brasil foram recolhidas em: CNBB. *Síntese das Contribuições da Igreja no Brasil à Conferência de Aparecida*. Brasília: CNBB, 2007.

²³⁹ FRANÇA MIRANDA, Mário de. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 69.

²⁴⁰ O teólogo João Batista Libânio destaca o chamado “entorno da Conferência”: a benfazeja influência que o entorno físico e humano teve sobre os bispos, onde a piedade popular deixou de ser tema teórico para tornar-se experiência destes, especialmente a piedade mariana; o fórum criado pelas pastorais sociais na “Tenda dos Mártires” que tornou-se espaço de celebrações, mística, debates e reflexões, em espírito de comunhão com a Vª Conferência; o Seminário Latino-americano de Teologia, organizado pelo Conselho Nacional do Laicato do Brasil, na cidade de Pindamonhangaba / SP, com o objetivo de refletir sobre os desafios da realidade latino-americana na perspectiva da Igreja; a organização de uma assessoria permanente de teólogos da libertação aos quais membros da Conferência recorriam com liberdade, diferentemente das duas últimas Conferências, houve excelente relacionamento deles com o CELAM. Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Op. cit.*, p. 22.

Os bispos em Aparecida afirmam que “a pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros” (DAp, 367) constata assim que, com as transformações sofridas pela sociedade emergem novos contextos que representam novos desafios, surgem novas perguntas que demandam, igualmente, novas respostas. Aqui se dá o fundamento da necessidade de reformas não só espirituais e pastorais, mas “também institucionais” (Idem). Não basta apenas uma consciência eclesial renovada e animada. Trata-se de iniciar algo totalmente novo que exige esforço, audácia, criatividade e coragem que impeça a Igreja de se “instalar na comodidade” (DAp, 362). Faz-se necessário uma “atitude de permanente conversão pastoral” por parte de todos (DAp, 366), de “imaginação para responder aos novos desafios” (DAp, 202) e de “novas atitudes pastorais” por parte dos responsáveis (DAp, 291). Enfim, trata-se de assumir uma nova mentalidade “que implica escutar com atenção e discernir ‘o que o Espírito está dizendo às Igrejas’” (DAp 2,29) através dos sinais dos tempos em que Deus se manifesta” (DAp, 366). Contudo, uma nova mentalidade, se não se consegue expressar em nível institucional, acaba por se revelar ineficaz e meramente teórica, pois na prática não é realmente assumida. Permanece a indagação de como concretizar essas transformações de cunho institucional?

O Documento de Aparecida centra-se em torno de uma ideia-força que perpassa todo o Documento: a vida. Vida interpretada não só do ponto de vista biológico, mas como um dom de Deus a ser preservado e defendido em todas as situações. A frase bíblica de João 10,10: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância”, foi o projeto que inspirou as três partes do Documento Final.

Os bispos, na perspectiva teológica, aproximaram-se da realidade tanto dos povos latino-americanos como dos cristãos enquanto discípulos e missionários desde a convicção de que Jesus Cristo é a Vida. Os três olhares, que constituíram as três partes do texto, impregnaram-se da certeza da fé de que, conhecendo a Jesus, se tem a solução para o problema da vida²⁴¹.

²⁴¹ Cf. LIBÂNIO, João Batista. *Op. cit.*, p. 820. A ordem dos capítulos e os títulos, em sua totalidade, comprovam a ideia-força. As três partes estão pensadas a partir do tema da vida: I – A Vida de nossos povos hoje; II – A Vida de Jesus Cristo nos Discípulos Missionários para anunciar o Evangelho de Jesus Cristo; III – A Vida de Jesus para nossos povos. Para uma melhor compreensão da metodologia dos trabalhos da Conferência e das quatro redações que culminaram no Documento Final ver: BRIGHENTI, Agenor. *Op. cit.*, pp. 780-783; HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. “O Referencial teológico do Documento de Aparecida”. In: *TEOCOMUNICAÇÃO* 157 (2007), pp. 321-323.

A partir do Verbo Encarnado, com o qual nos encontramos na história, nasce o chamado ao seguimento, à comunhão plena com Ele na vida e no destino, se constituindo a razão última da nossa alegria e esperança. O evento Jesus Cristo, afirma M. de França Miranda, “abre para a humanidade um novo quadro interpretativo da realidade que possibilitará experiências comuns, avaliações comuns e compromissos comuns, constituindo, assim, a Igreja. Trata-se de uma comunidade com identidade própria, a saber, a manifestação social da modalidade de vida inaugurada por Jesus Cristo”. É a chamada dimensão objetiva da Igreja, contudo, “a comunidade cristã sempre se constitui e se compreende com as representações mentais, as categorias sociais, as estruturas organizativas presentes e atuantes em seu respectivo contexto sociocultural”. É a chamada dimensão subjetiva da Igreja. O teólogo Mário de França Miranda conclui afirmando que:

Não nos deve admirar, portanto, que a Igreja no curso de sua história, tenha se apropriado de elementos institucionais à mão para se organizar como comunidade. E nem que esta sua dimensão institucional tenha se transformado no curso dos séculos por causa das mudanças na própria sociedade. Pois a Igreja muda para conservar sua identidade e sua finalidade²⁴².

Ao analisar os novos sinais dos tempos da situação de nossa Igreja nesta hora histórica de desafios, o Documento de Aparecida enumera, em primeiro lugar, todos os elementos positivos, os frutos dos esforços pastorais (cf. DAp, 98-99). Em seguida, apresenta um elenco dos aspectos negativos²⁴³ (cf. DAp, 100).

As Luzes (cf. DAp, 98-99):

Nossa Igreja, ao longo de sua história, sempre se destacou pelo anúncio e pelo serviço da caridade, principalmente aos mais pobres, promovendo a dignidade e se empenhando pela promoção humana em inúmeros campos. Mesmo sofrendo perseguições e inclusive a morte de alguns de seus membros, a Igreja tem ajudado a promover a justiça, os direitos humanos e a reconciliação dos povos.

²⁴² FRANÇA MIRANDA, Mário de. *Op. cit.*, pp. 81-82.

²⁴³ Segundo o sociólogo M. Maffesoli é preciso assumir uma postura epistemológica que parte do princípio de que não se pode jamais esvaziar totalmente um fenômeno através de uma simples crítica racional, pois é preciso reconhecer em cada situação a ambivalência que a compõe: a sombra e a luz entremeadas. Cf. MAFFESOLI, Michel. *Elogio da Razão Sensível*. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 20-23.

As Sombras (cf. DAp, 100):

O atual retorno ou interesse do religioso nas sociedades pós-modernas não necessariamente tem beneficiado as tradicionais denominações eclesiais, pois é mais marcado pelos interesses dos indivíduos e menos dócil às exigências institucionais.

A importância que hoje readquire a religião possui um significado próprio para os países da América Latina e do Caribe, seja porque neles ela sempre foi onipresente, seja porque novos fenômenos passam a dominar o panorama religioso. Entre esses fenômenos destacam-se, por sua dimensão e significado, o surgimento e fortalecimento dos pentecostalismos, o trânsito religioso, o crescimento dos sem religião.

Os diferentes movimentos e Igrejas pentecostais oferecem respostas às questões que emergem do imaginário pré-moderno e simbólico, que ainda é predominante nas populações latino-americanas e caribenhas. Eles respondem, também, às necessidades de sentido dos que sofrem os efeitos perversos dos processos de modernização das sociedades do Continente. Eles oferecem, ainda, respostas religiosas sob medida para as camadas médias das populações da região, marcadas pela pós-modernidade e sua religiosidade centrada no indivíduo e avessa à normatização institucional.

Ao fenômeno pentecostal está associado o do trânsito religioso, que tem levantado muitas questões entre os estudiosos das mudanças no campo religioso latino-americano e caribenho, mas também entre as Igrejas históricas, pois elas são as mais afetadas, uma vez que é delas que saem os fiéis que passam às denominações pentecostais.

Um fenômeno novo que também começa a levantar questões é o dos que se declaram sem religião. Verifica-se que esse grupo é constituído de populações que tradicionalmente possuíam práticas religiosas, o que pode ser interpretado como um passo no processo de secularização, ou como perda de todas as esperanças, até nas provenientes da religião.

Quando fala dos “sinais dos tempos”, o Concílio Vaticano II chama a Igreja a um discernimento. Tais sinais, resgatados em Aparecida, levantam sérios desafios à fé e à ação dos discípulos de Cristo, sendo por isso oportunidades para a missão evangelizadora da Igreja.

As últimas Conferências Episcopais da Igreja latino-americana mostraram que muitos dos processos econômico-político-sociais e muitas das dinâmicas culturais do Continente eram os indícios da presença do anti-Reino, e que deviam por isso incitar a ação profética da Igreja.

Diante das grandes mudanças que acontecem no mundo hoje e de suas incidências ou ramificações nos países da América Latina e do Caribe, a Conferência de Aparecida assinala que é preciso de novo discernir, à luz do Evangelho, o que nessas mudanças é sinal de morte ou de vida (cf. DAp, 13), de Reino ou de anti-Reino. Só assim a Igreja manterá a capacidade de perceber a realidade, o risco do achatamento da percepção do tempo com a redução da história ao presente vivido, a fragmentação da experiência cotidiana e conservará a dimensão social do mandamento novo de Jesus do amor ao próximo (cf. Jo 13, 34-35), para enfrentar o caráter idolátrico do sistema. Assim, a Igreja poderá continuar sendo uma presença encarnada no mundo presente, tornando, como Jesus, próximo o advento do Reino através de seu compromisso e testemunho.

A eclesiologia do Documento de Aparecida afirmou a continuidade com o chamado de Jesus ao discípulo para viver em comunhão com Ele e com o Pai. Pois é nela que ele faz a experiência de ser chamado, forma-se e se alimenta da Palavra, da oração e, especialmente da Eucaristia. No centro da eclesiologia está a comunhão, entendida a partir da Santíssima Trindade que é a fonte de comunhão da Igreja, que é uma comunidade de amor (cf. LG, 4). Por essa razão, todos os discípulos missionários são chamados a viver em comunhão, pois, na sua essência, a Igreja é comunhão no amor (cf. DAp, 161). Essa comunhão se dá por meio da pertença a uma comunidade concreta²⁴⁴. Dessa forma, a vida comunitária se constitui um verdadeiro desafio pastoral, no sentido de superar o traço cultural do individualismo (cf. DAp, 44), que marca a atual mudança de época.

²⁴⁴ O Documento aponta os seguintes lugares eclesiais para a comunhão: a *diocese* (cf. DAp, 164-169); a *paróquia* (cf. DAp, 170-177); as *comunidades eclesiais de base e pequenas comunidades* (cf. DAp, 178-180) e as *conferências episcopais* (cf. DAp, 181-183). O Documento mostra ainda, quem são os discípulos missionários que vivem a comunhão, entendendo cada um a partir de sua vocação específica: os *bispos* (cf. DAp, 186-190); os *presbíteros / os párocos* (cf. DAp, 191-204); os *diáconos permanentes* (cf. DAp, 205-208); os *fiéis leigos e leigas* (cf. DAp, 209-215); os *consagrados e consagradas* (cf. DAp, 216-224).

A Igreja, antes de ser uma organização religiosa, é a comunhão interpessoal dos que acreditam em Jesus e são reunidos no Espírito, vivendo da sua santidade e da sua missão. Quando o Documento de Aparecida aborda, no capítulo quinto, a “Comunhão dos discípulos missionários na Igreja”, se estabelece um rico desenvolvimento da eclesiologia de comunhão, posicionamento teológico explorado depois do Concílio Vaticano II, em que se acentua o caráter comunitário ou comunal da herança de Jesus (cf. DAp, 154-163). Trata-se de um texto fundamental para a compreensão do posicionamento pastoral do Documento de Aparecida, que deve ser entendido na perspectiva da Igreja-comunhão, em que a comunidade cristã, o povo cristão, prevalece sobre a organização hierárquica, em continuidade com a opção conciliar de tratar do Povo de Deus antes da hierarquia, na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, como apresentamos no primeiro capítulo desta dissertação. Dá-se, no Documento de Aparecida, tal importância à comunhão, que, na conclusão é colocada como expressão experiencial da presença do Espírito na comunidade:

‘Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós...’ (At 15,28). A experiência da comunidade apostólica primitiva mostra a própria natureza da Igreja enquanto mistério de comunhão com Cristo no Espírito Santo (...). Ao concluir a Vª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, constatamos, pela graça de Deus, que é isso o que temos experimentado (...). O Espírito de Deus foi nos conduzindo, suave mas firmemente, para a meta (DAp, 547).

É necessário ter presente que, da perspectiva dos membros da Igreja, qualquer que seja o lugar que ocupem na sua organização institucional todos são iguais, todos são chamados a “viver a santidade batismal a serviço do Reino”, cada um na sua “forma própria e específica” (DAp, 184). A igualdade de todos, fundada na vocação batismal comum, faz com que todos sejam chamados a responder, como cristãos, aos “grandes desafios que o mundo de hoje apresenta à Igreja” (DAp, 185)²⁴⁵.

O teólogo Pablo Bonavía afirma que o Documento de Aparecida ao discernir os desafios da mudança de época que já se está processando entre nós

²⁴⁵ Entre estes desafios destacam-se: o êxodo dos fiéis para as seitas e outros grupos; as correntes culturais contrárias à Cristo e à Igreja; a desmotivação de presbíteros diante do vasto trabalho pastoral; a escassez de presbíteros em muitos lugares; a mudança de paradigmas culturais; o fenômeno da globalização e a secularização; os graves problemas de violência, pobreza e injustiça; a crescente cultura da morte, que afeta a vida em todas as suas formas. Alguns destes desafios são mais diretamente colocados aos que participam da estrutura hierárquica da Igreja, outros dizem respeito mais diretamente aos leigos e leigas, que vivem no

e ao esboçar, como Igreja Continental, uma resposta profética e criativa a este processo, não apresenta um novo modelo, pronto e acabado, de ação evangelizadora. De fato, o que se encontra ao longo do Documento é a emergência de alguns aspectos muitos característicos do que hoje se reconhece como a mudança de época que estamos vivendo e do novo paradigma que parece configurá-la. Para este autor, com esses aspectos estão colocados os primeiros passos de uma Igreja Continental que deseja ser cada vez mais dócil ao que o Espírito lhe diz na realidade atual²⁴⁶. A própria sequência das Assembleias do Episcopado Latino-americano atestam essa abertura ao Espírito e a busca atenta de compreensão da realidade, uma vez que o desenvolvimento delas se explica pela finalidade pastoral da Igreja. Na medida em que o contexto sociocultural onde se encontra experimenta transformações significativas, também a Igreja deverá levar a mensagem evangélica em consonância com a nova realidade. Assim, neste momento histórico, “a Igreja é chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais” (DAp, 11). Esta nova configuração eclesial, necessária nesta mudança de época e que busca responder aos anseios dos bispos, expressos ou implícitos no Documento de Aparecida, é chamada pelo teólogo Agenor Brighenti de “a desafiante proposta de Aparecida” e pelo teólogo José Comblin de “o projeto de Aparecida”²⁴⁷.

O Documento de Aparecida procurando discernir os sinais dos tempos (cf. DAp, 33), como fez o Concílio Vaticano II, assumiu o método de Medellín e Puebla, ou seja, o esquema ver-julgar-agir.²⁴⁸ Há insistência muito forte nessa

mundo e cuja maior responsabilidade cristã concerne, antes de tudo, ao contexto cultural, social e político em que estão inseridos. De fato, os parágrafos dedicados aos leigos em Aparecida, com base nas Constituições conciliares sobre a Igreja e sobre a Igreja no mundo de hoje, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* respectivamente, estabelecem que leigos são cristãos no coração do mundo (DAp, 210), assim a prioridade de seu empenho missionário deve estar voltado para esta direção. Porém, a missão própria e específica dos leigos, não os distancia nem os separa da comunidade. Pelo contrário são chamados também a participar da ação pastoral da Igreja (DAp, 211), para tanto necessitam de formação adequada (DAp, 212), devem tomar parte ativa e criativa na elaboração de projetos pastorais, a favor da comunidade (DAp, 213), visto que, nos leigos, no sentido mais amplo, a construção da cidadania e a construção da eclesialidade é um só e único movimento (DAp, 215).

²⁴⁶ Cf. BONAÍÁ, Pablo. *Op. cit.*, pp. 313-318.

²⁴⁷ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 07-57; Idem. *Para compreender o Documento de Aparecida: o pré-texto, o con-texto e o texto*. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 91-103; COMBLIN, José. “O Projeto de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 258 (2008), pp. 03-10.

²⁴⁸ “Em continuidade com as Conferências Gerais anteriores do episcopado latino-americano, este Documento faz uso do método ‘ver-julgar-agir’. Este método implica contemplar a Deus

continuidade (cf. DAp, 391-398). A partir daí, Aparecida apresentou uma proposta evangelizadora que parte da realidade do povo na América Latina e Caribe. Para os bispos, as condições de vida dos milhões e milhões de abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem o projeto do Pai e desafiam os cristãos a um maior compromisso em favor da cultura da vida. O Reino de Vida, que Cristo veio trazer, é incompatível com essas situações desumanas. Fechar os olhos diante dessas realidades é negar a essência da fé cristã, pois há uma inseparável relação entre o amor a Deus e o amor ao próximo, especialmente aos excluídos. Todas as preocupações por

com os olhos da fé através de sua Palavra revelada e o contato vivificador dos sacramentos, a fim de que, na vida cotidiana, *vejamos* a realidade que nos circunda à luz de sua Providência e a *julgemos* segundo Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, e *atuemos* a partir da Igreja, corpo místico de Cristo e sacramento universal de salvação, na propagação do Reino de Deus, que se semeia nesta terra e que frutifica plenamente no Céu” (grifo nosso) (DAp, 19). Houve constante insistência na retomada do método *ver-julgar-agir*, por parte de muitos setores da Igreja latino-americana, já na etapa de preparação da Vª Conferência. Segundo J. B. Libânio, “apesar da opção pelo método, as resistências persistiram e, no decorrer da redação, envolveram o Documento de Aparecida com certo véu. Em vez de começar com toda clareza a leitura da realidade, introduziu-lhe um capítulo de conotação espiritualista sobre o sujeito que olha para a realidade: a Igreja, consciente e grata pelos próprios dons. Assim, na condição de discípula e missionária, ela considerou com confiança as mudanças desconcertantes do momento atual. Em seguida, adotou o método de começar pelo *ver* ‘a vida de nossos povos’, que nos interpela como discípulos e missionários (...). O ato de ver dos bispos distingue-se de análises das Ciências Sociais. Nutre-se de alguns elementos delas, sem perseguir-lhes o mesmo rigor científico. Baseia-se muito na própria experiência pastoral. Revela uma leitura tocada pela mirada da fé que discerne os ‘sinais dos tempos’ à luz do Espírito Santo”. Cf. LIBÂNIO, João Batista. “Conferência de Aparecida”. In.: *REB* 268 (2007), pp. 821-822. Para Francisco Catão, ver a realidade à luz de Deus significa ver a realidade não-exclusiva não principalmente a partir das ciências humanas, mas, principalmente e prioritariamente, à luz da comunhão com Deus, a que temos acesso desde agora pela fé. Em comunhão com Deus, afirma esse autor, nossa mente é iluminada pelo dom de sua graça e se torna, em continuidade com a fé, capaz de ver a realidade muito além do que alcançam as ciências humanas, com os olhos de Deus. Isso não significa o abandono total das ciências humanas, mas é indispensável, tendo em vista o Reino, não deixar de reconhecer as limitações da ciência, inerentes à limitação do seu horizonte de análise. A totalidade da realidade somente aparece à luz de Deus, de que nada é senão participação. F. Catão conclui afirmando que o *ver* do método, como método de ação pastoral, implica necessariamente a fé, sob pena de nada servir em vista das exigências do Reino. Cf. CATÃO, Francisco. “O Documento de Aparecida: uma proposta teológica?”. In.: *CIBERTEOLOGIA – Revista de Teologia & Cultura* 14 (2007). Texto disponível em: (<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wpcontent/uploads/2009/06/03documentodeaaparecida.pdf>), acessado em 18 de outubro de 2010. A. Brighenti discorda desta análise constatando que “existe quem argumente que ir à realidade com as ciências é correr o risco de ideologizá-la. Por isso, dizem, deve-se ir com a fé, a teologia. Ora, a realidade não é objeto direto da fé e da teologia, que, vista, diretamente por elas, vai ser igualmente ideologizada, espiritualizada. Em teologia, o conhecimento da realidade só pode ser mediatizado pelas ciências que se ocupam dela (...). A solução não está em abandonar as ciências, mas em estabelecer critérios analíticos na escolha dos instrumentais analíticos mais adequados para apreender a realidade. Aqui, sim, entra a fé. Como um pressuposto para escolher um método adequado, e não como substituição às ciências em sua autonomia”. Cf. BRIGHENTI, Agenor. *Para compreender o Documento de Aparecida: o pré-texto, o con-texto e o texto*. São Paulo: Paulus, 2008, pp. 77-78.

desenvolver estruturas mais justas ou por transmitir os valores sociais do Evangelho situam-se nesse contexto de serviço à vida digna (cf. DAp, 358).

Contudo, a realidade por mais dura e contraditória que seja não tem a palavra definitiva. Deus tem um plano para a obra da Criação e para a humanidade, em especial aos mais pobres, que é seu Reino de Vida. Por sua vez, a missão do discípulo missionário de Jesus é continuar a obra do Mestre. Como seu Evangelho é sempre Boa Nova de Vida, seguir Jesus significa colocar-se a serviço da “vida em plenitude” para todos. O projeto de Deus é a inclusão de todos os seus filhos e filhas. Ninguém poderá ficar de fora. Assim sendo, a obra da evangelização está ligada a promoção humana. Por um lado, ela leva à autêntica libertação, integral, abarcando a pessoa inteira e todas as pessoas, fazendo-as sujeito de seu próprio desenvolvimento (cf. DAp, 399). Por outro, Deus, em Jesus Cristo, não redime só a pessoa individual, mas, como afirma o *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*²⁴⁹, salva também as relações sociais entre os seres humanos (cf. DAp, 359). Por isso, a fé cristã deverá engendrar padrões culturais alternativos para a sociedade atual (cf. DAp, 480).

A proposta central de Jesus é o Reino da Vida. O conteúdo fundamental de sua missão é a oferta de vida plena para todos. Por isso, “a doutrina, as normas, as orientações éticas e toda a atividade missionária das Igrejas, deve deixar transparecer essa atrativa oferta de vida mais digna, em Cristo, para cada homem e para cada mulher, da América Latina e do Caribe” (DAp, 361). Tal propósito é o objetivo da grande missão continental²⁵⁰ que buscará converter cada cristão em discípulo missionário e cada comunidade cristã num poderoso centro de irradiação da vida em Cristo (cf. DAp, 362).

O tema da Missão é central no Documento de Aparecida.

É ele que desencadeia tanto a crítica da configuração eclesial do passado quanto o surgimento dos anseios por mudanças. Sendo uma característica essencial da comunidade cristã, a missão não pode nem deve ser objeto de escolha pessoal.

²⁴⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005, n. 52.

²⁵⁰ No Brasil, assumindo o caminho aberto pela Conferência de Aparecida, a CNBB elaborou um novo Projeto Nacional de Evangelização que tem como tema: “O BRASIL NA MISSÃO CONTINENTAL”, e como lema: “A ALEGRIA DE SER DISCÍPULO MISSIONÁRIO”.

A Igreja Católica ou é missionária ou está falhando em sua própria identidade. O zelo missionário é o fator que dinamiza e motiva os desejos de mudança²⁵¹.

Neste sentido os bispos em Aparecida falam da necessidade de um despertar missionário e assumem o compromisso de “colocar a Igreja em estado permanente de missão” (DAp, 551). Para isso, segundo Aparecida, pelo menos três grandes exigências se apresentam como desafios a enfrentar²⁵²: 1º) Desinstalar-se do comodismo, estancamento e tibieza: A Igreja, para que seja toda ela missionária, necessita de forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente (cf. DAp, 362). É preciso despertar, uma vez que, o número de católicos, hoje, já não cresce em proporção com o número da população e é significativo o número de pessoas que perderam o sentido da vida e abandonaram a religião, assim como de católicos que deixam a Igreja, para aderir a outros grupos religiosos (cf. DAp, 100f). Além disso, é preciso reconhecer que os católicos, muitas vezes, não vivem conforme o Evangelho, que requer um estilo de vida fiel à verdade e à caridade, austero e solidário²⁵³. Como também falta coragem e persistência para continuar a renovação iniciada pelo Vaticano II e impulsionada pelas demais Conferências Gerais anteriores (cf. DAp, 100h); 2º) Que cada comunidade eclesial seja um centro irradiador de vida: Aparecida entende que, para que a pessoa inteira e todas pessoas tenham vida em plenitude, cada comunidade cristã precisa converter-se em “um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo” (DAp, 362). A missão deve manifestar a convicção de que no Deus vivo, revelado em Jesus, se encontra o sentido, a fecundidade e a dignidade da vida humana. Assim, “em

O objetivo geral deste projeto propõe: “Abrir-se ao impulso do Espírito Santo e incentivar, nas comunidades e em cada batizado, o processo de conversão pessoal e pastoral ao estado permanente de Missão para a Vida plena”. Cf. CNBB. *Projeto Nacional de Evangelização: O Brasil na Missão Continental*. Brasília: CNBB, 2008.

²⁵¹ Cf. FRANÇA MIRANDA, Mário de. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, pp. 91-92.

²⁵² Cf. BRIGHENTI, Agenor. *Op. Cit.* pp. 94-96.

²⁵³ “Como instrumento e sinal do Reino de Deus na história, é importante que a Igreja viva realmente os valores evangélicos. Não basta sabermos teoricamente que ela é o Povo de Deus, o corpo de Cristo e o templo do Espírito Santo. Ela deve deixar transparecer na vida de seus membros que a salvação de Jesus Cristo já é uma realidade em seu seio. Se sua mensagem é *contradita* pela sua maneira de vida, por suas práticas e estruturas, então sofre a Igreja em sua própria finalidade de sacramento da salvação. Pois ela é vista por nossos contemporâneos a partir de seu exterior, que pode impedi-los de chegar ao que ela é de fato”. Cf. FRANÇA MIRANDA, Mário de. *Ibid.*, p.83.

nossa Igreja devemos oferecer a todos os nossos fiéis um ‘encontro pessoal com Jesus Cristo’, uma experiência religiosa profunda e intensa” (DAp, 226). A anúncio salvífico proclamado pela Igreja deve levar a pessoa “a um encontro pessoal, cada vez maior, com Jesus Cristo” (DAp, 289); 3º) Que a missionariedade impregne a Igreja inteira: Para Aparecida, a firme decisão missionária de promoção da cultura da vida deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastoral, em todos os níveis eclesiais, bem como toda a instituição, abandonando as estruturas ultrapassadas (cf. DAp, 365). A exigência da missionariedade do discípulo decorre do seguimento de Jesus. O chamado de Jesus apresenta a exigência de estar com Ele e vincular-se à sua missão, enquanto chamados e enviados (cf. DAp, 131), ou seja, anunciar o Evangelho do Reino a todas as nações. Por isso, todo discípulo é missionário. Cumprir essa missão não é uma tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã (cf. DAp, 144). E a missão consiste em partilhar a experiência do acontecimento do encontro com Jesus Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa em pessoa, de comunidade a comunidade, e da Igreja aos confins do mundo (cf. DAp, 145). Por isso, insiste o Documento de Aparecida, a missão nos conduz ao coração do mundo. Ela não é intimismo ou individualismo religioso, tampouco abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo e, muito menos, fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual (cf. DAp, 148).

Diante de uma realidade que visivelmente contradiz o Reino de Vida de Jesus Cristo, a exigência de constituir-se em uma Igreja em permanente estado de missão, promotora da vida em plenitude para todas as pessoas, apresenta duas implicações: a conversão pastoral e a renovação missionária das comunidades.

O Documento de Aparecida afirma que,

A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. Assim será possível que ‘o único programa do Evangelho continue introduzindo-se na história de cada comunidade eclesial’ com novo ardor missionário, fazendo com que a Igreja se manifeste como mãe que vai ao encontro, uma casa acolhedora, uma escola permanente de comunhão missionária (DAp, 370).

A ação eclesial não pode prescindir do contexto histórico no qual vivem seus membros (cf. DAp, 367). A Vª. Conferência constata que o mundo mudou. E a Igreja, para continuar sendo a Igreja de sempre, também precisa mudar. Novos desafios exigem novas respostas pastorais. A conversão pastoral começa pelo compromisso com os novos rostos da pobreza (cf. DAp, 402). Num momento seguinte, com a organização de uma pastoral social estruturada, orgânica e integral, já que,

A verdadeira promoção humana não pode reduzir-se a aspectos particulares: ‘deve ser integral, isto é, promover todos os homens e o homem todo’ (GS, 76), a partir da vida nova em Cristo que transforma a pessoa de tal maneira que a faz sujeito de seu próprio desenvolvimento (DAp, 399).

A Igreja tem a responsabilidade de formar cristãos e sensibilizá-los a respeito das grandes questões da justiça internacional²⁵⁴. E, por fim, para uma verdadeira conversão pastoral, faz-se necessário, também, uma renovada pastoral urbana²⁵⁵, ou seja, assumir realmente um estilo de ação adequado à

²⁵⁴ “Por isso, tanto os pastores como os construtores da sociedade têm que estar atentos aos debates e normas internacionais sobre a matéria. Isso é especialmente importante para os leigos que assumem responsabilidades públicas, solidários com a vida dos povos. Por isso, propomos o seguinte: a) Apoiar a participação da sociedade civil para a re-orientação e conseqüente reabilitação ética da política. Por isso, são muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável. b) Formar na ética cristã que estabelece como desafio a conquista do bem comum a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais; é necessário colocar como prioridade a criação de oportunidades econômicas para setores da população tradicionalmente marginalizados, como as mulheres e os jovens, a partir do reconhecimento de sua dignidade. Por isso, é necessário trabalhar por uma cultura da responsabilidade em todo nível que envolva pessoas, empresas, governos e o próprio sistema internacional. c) Trabalhar pelo bem comum global é promover uma justa regulação da economia, das finanças e do comércio mundial. É urgente prosseguir no desendividamento externo para favorecer os investimentos em desenvolvimento e gasto social, prever normas globais para prevenir e controlar os movimentos especulativos de capitais, para a promoção de um comércio justo e a diminuição das barreiras protecionistas dos poderosos, para assegurar preços adequados das matérias primas que os países empobrecidos produzem e de normas justas para atrair e regular os investimentos e serviços, entre outros. d) Examinar atentamente os Tratados inter-governamentais e outras negociações a respeito do livre comércio. A Igreja do país latino-americano envolvido, à luz de um balanço de todos os fatores que estão em jogo, precisa encontrar os caminhos mais eficazes para alertar os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais conseqüências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população. e) Chamar todos os homens e mulheres de boa vontade a colocar em prática princípios fundamentais como o bem comum (a casa é de todos), a subsidiariedade, a solidariedade intergerencial e intragerencial” (DAp, 406).

²⁵⁵ “A V Conferência propõe e recomenda uma nova pastoral urbana que: responda aos grandes desafios da crescente urbanização (...)” (DAp, 517). Ver: AMADO, Joel Portella. *Deus e a cidade: chances e desafios para a experiência cristã de Deus em contexto condominial*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999; ANTONIAZZI, Alberto., CALIMAN, Cleto., (orgs.). *A presença da Igreja na cidade*. Petrópolis: Vozes, 1994;

realidade urbana em sua linguagem, estruturas, práticas e horários e desenvolver um plano de pastoral, orgânico e articulado, que incida sobre a cidade, em seu conjunto.

Para Aparecida, outra implicação necessária para se estabelecer uma Igreja em estado permanente de missão é a renovação da própria instituição. O Documento reconhece que diante das transformações sociais e culturais está a necessidade de uma renovação eclesial, que envolve reformas espirituais, pastorais e também institucionais (cf. DAp, 367). O modelo paradigmático dessa renovação comunitária deve ser encontrado,

Nas primitivas comunidades cristãs (cf. At 2,42-47), que souberam buscar novas formas para evangelizar de acordo com as culturas e as circunstâncias. Ao mesmo tempo, motivam-nos a eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II, o caminho sinodal no pós-Concílio e as Conferências Gerais anteriores do Episcopado Latino-americano e do Caribe (DAp, 369)²⁵⁶.

Esta renovação passa primordialmente pela paróquia²⁵⁷. Ela é célula viva da Igreja (cf. DAp, 170), mas é urgente uma vigorosa renovação da paróquia, a fim de que seja, de fato: espaço de iniciação cristã, educação e celebração da fé; aberta à diversidade dos carismas, serviços e ministérios; organizada de maneira comunitária e responsável; integradora de movimentos; aberta à diversidade cultural e a projetos pastorais supraparóquiais e das realidades circundantes (cf. DAp, 170). Assim, a renovação das paróquias exige:

COMBLIN, José. *Teologia da Cidade*. São Paulo: Paulinas, 1991; LIBÂNIO, João Batista. *As Lógicas da Cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé*. São Paulo: Loyola, 2001; Idem. “A Igreja na cidade”. In: *Perspectiva Teológica* 28 (1996), pp. 11-43.

²⁵⁶ “Aparecida chama a atenção para o fato de que há tentativas de volta a uma eclesiologia e espiritualidade contrárias à renovação do Concílio Vaticano II (100b). Diante do novo, não são poucos os que têm a tentação de apostar na segurança do velho, das respostas do passado, do período pré-conciliar. Mas o Concílio Vaticano II, definitivamente, colocou a Igreja em atitude de diálogo com e de serviço ao mundo, aberta aos valores do mundo moderno. Toda tentativa de volta ao período pré-moderno, da cristandade, é fazer eco de um tempo que já passou. A inovação e a criatividade é a única garantia de futuro. O Vaticano II foi um ‘advento para o terceiro milênio’. Importa continuar sua renovação, na esteira das quatro anteriores Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe”. Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 35-36.

²⁵⁷ O Documento de Aparecida afirma que, tendo em conta as dimensões das paróquias, é aconselhável sua setorização em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e coordenação, que permitam uma maior proximidade às pessoas e grupos que vivem em determinada região (cf. DAp, 372). Nesse aspecto, a Conferência de Aparecida ressalta a importância das Comunidades Eclesiais de Base que no seguimento missionário de Jesus, têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de diversos serviços e ministérios, em favor da vida, na sociedade e na Igreja (cf. DAp, 179).

reformular suas estruturas, para que seja rede de comunidades²⁵⁸ e grupos (cf. DAp, 173); a criação de novas estruturas pastorais no mundo urbano, dado que muitas delas nasceram para responder as necessidades do mundo rural (cf. DAp, 172); a convocação e formação de missionários leigos para que se possa evangelizar o complexo mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, dos meios de comunicação e da economia, assim como as esferas da família, da educação, da vida profissional, sobretudo nos contextos onde a Igreja se faz presente somente por eles (cf. DAp, 174); o desenvolvimento de uma evangelização integral, pois a imensa maioria de nosso Continente vive o flagelo da pobreza (cf. DAp, 176).

Enfim, para o Documento de Aparecida, a proposta de renovação eclesial passa pelo esforço de uma ação pastoral pensada e planejada. Sendo assim, o projeto pastoral da Diocese, caminho de pastoral orgânica, deve ser uma resposta consciente e eficaz, para atender às exigências do mundo de hoje com indicações programáticas concretas, objetivos e métodos de trabalho, formação e valorização dos agentes e a procura dos meios necessários que permitam que o anúncio de Cristo chegue às pessoas, modele as comunidades e incida profundamente na sociedade e na cultura mediante o testemunho dos valores evangélicos (cf. DAp, 371)²⁵⁹.

Diante do desafio de constituir uma Igreja em permanente estado de missão e suas implicações, o Documento de Aparecida propõe que sejam reforçados quatro eixos: a experiência religiosa; a vivência comunitária; a formação bíblico-doutrinal e o compromisso missionário de toda a comunidade

²⁵⁸ Aparecida está de tal modo convencida da importância e necessidade das comunidades que pede reiteradamente que as paróquias se transformem “cada vez mais em comunidades de comunidades” (DAp, 99, 179, 309). O teólogo Antônio J. de Almeida ressalta que esta expressão é o título de uma das seções do capítulo V: “A paróquia, comunidade de comunidades”. Porém, na sequência, afirma o autor, “parece haver certa incongruência no texto, pois gasta três parágrafos para falar da paróquia como comunidade (cf. DAp, 170 e 171) e, só no último parágrafo daquele contexto, vai falar de ‘rede de comunidades’” (cf. DAp, 172). ALMEIDA, Antônio José de. *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009, pp. 154-156.

²⁵⁹ Este objetivo é assumido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: “O desempenho da missão evangelizadora pede, de cada um de nós, uma profunda vivência de fé, fruto de uma experiência pessoal de encontro com a pessoa de Jesus Cristo, em seu seguimento. Nossa *conversão pessoal* nos possibilita impregnar, com uma firme decisão missionária todas as estruturas eclesiais e todos os planos pastorais (...) de qualquer instituição da Igreja, exigindo nossa *conversão pastoral* que implica escuta e fidelidade ao Espírito, impelindo-nos à missão e sensibilidade às mudanças sócio-culturais, animada por uma espiritualidade de comunhão e participação” (DGAE, 8). Cf. CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2008-2010*. Brasília: Edições CNBB, 2007.

(cf. DAp, 226). “Mais do que um itinerário de formação, trata-se das etapas do amadurecimento do discípulo, no seguimento de Jesus, vinculado à obra do Mestre e à comunidade eclesial, lugar de resposta ao chamado para a missão”²⁶⁰.

Uma Igreja em estado permanente de missão a serviço de vida plena para nossos povos depende, numa primeira etapa, de discípulos missionários que verdadeiramente tenham feito uma experiência de fé, profunda e intensa, de encontro pessoal com Jesus Cristo. Aparecida propõe que a ação evangelizadora chegue, principalmente, às pessoas de fraca identidade cristã e pouca pertença eclesial. Nessa primeira etapa, os meios privilegiados são o testemunho dos evangelizadores e o anúncio querigmático, que são fonte de conversão pessoal e mudança integral de vida (cf. DAp, 226a). O centro do primeiro anúncio (querigma) é a pessoa de Jesus, proclamando o Reino como uma nova e definitiva intervenção de Deus que salva com um poder superior àquele que utilizou na criação do mundo. Transmitindo a mensagem do Reino, a catequese a desenvolve, aprofunda e mostra suas repercussões para as pessoas e para o mundo. Assim se reconhece que o início do discipulado é o encontro com um acontecimento, o encontro com a pessoa de Jesus (cf. DAp, 243). A própria natureza do cristianismo consiste em reconhecer a sua presença e segui-lo (cf. DAp, 244). O encontro com Jesus Cristo, no Espírito, realiza-se na fé recebida e vivida na Igreja, através de mediações (cf. DAp, 246)²⁶¹.

Para o Documento de Aparecida, não há cristãos sem Igreja (cf. DAp, 156). Ele recorda que Jesus, no início do seu ministério, escolhe os Doze para viver na comunhão com Ele (cf. DAp, 154). Assim, os discípulos de Jesus são chamados a viver em comunhão com o Pai e com seu Filho, na comunhão do Espírito Santo. O mistério da Trindade Santa é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja – sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano (cf. DAp, 155).

²⁶⁰ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A desafiante proposta de Aparecida*. Paulinas, São Paulo, 2007, p. 39.

²⁶¹ O Documento de Aparecida apresenta algumas destas mediações privilegiadas: a) a *Sagrada Escritura* (cf. DAp, 247-249); b) a *Sagrada Liturgia* (cf. DAp, 250); c) a *Eucaristia* (cf. DAp, 251-253); d) o *Sacramento da Reconciliação* (cf. DAp, 254); e) a *Oração Pessoal e Comunitária* (cf. DAp, 255); f) a *Comunidade* (cf. DAp, 256); g) os *Pobres, Aflitos e Enfermos* (cf. DAp, 257); h) a *Religiosidade Popular* (cf. DAp, 258-265); i) *Maria* (cf. DAp, 266-272); j) os *Apóstolos e os Santos* (cf. DAp, 273-275).

Por isso, a partir da realização da experiência de fé no encontro pessoal com Jesus Cristo é preciso assumir, numa segunda etapa, que a vocação ao discipulado missionário é convocação à comunhão em sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão, ao contrário do que pensam os “cristãos sem Igreja” e as novas buscas espirituais individualistas. A experiência pessoal de fé nos liberta do isolamento do eu, porque nos conduz à comunhão. Desse modo, a pertença a uma comunidade concreta é uma dimensão constitutiva do acontecimento cristão (cf. DAp, 156). Ao receber a fé e o Batismo, os cristãos são chamados a viver e transmitir a comunhão com a Trindade Santa, pois a evangelização é um chamado à participação da comunhão trinitária, na comunidade eclesial (cf. DAp, 157). Esta comunhão da Igreja se nutre do pão da Palavra e do pão do Corpo de Cristo. Assim, a Igreja que celebra a Eucaristia se torna “casa e escola de comunhão” (DAp, 158)²⁶².

A Vª. Conferência de Aparecida afirma que, a Igreja, como comunidade de amor, está chamada a refletir o amor de Deus, que é comunhão e, assim, atrair as pessoas e os povos para Cristo. A Igreja cresce não por proselitismo, mas pela atração da força do amor de Cristo. A Igreja “atrai” quando vive em comunhão (cf. DAp, 159). A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão (cf. DAp, 163)²⁶³.

²⁶² No capítulo III da *Síntese das Contribuições da Igreja no Brasil à Conferência de Aparecida*, os bispos constataam “o duro fato de muitas comunidades não terem a Eucaristia dominical. Para elas e alheio à sua vontade, o ideal da Eucaristia como centro da vida eclesial fica distante, por falta de ministro. Em contrapartida, é admirável a fidelidade dessas comunidades ao culto dominical da Palavra, que as alimenta e faz crescer na comunhão eclesial, assim como a alegria dessas comunidades quando a Eucaristia ‘chega’ até elas”. No entanto, afirmam os bispos do Brasil, que “as comunidades cristãs têm direito à Eucaristia. A solução é complexa: primeiro, porque os padres são insuficientes para atender o grande número de comunidades a eles confiadas, muitos dos quais, por viverem distantes delas, quando chegam, acabam não respondendo às suas expectativas e necessidades; segundo, mesmo que houvesse um melhor recrutamento para o ministério presbiteral, não se vê a perspectiva de superar o déficit de padres; terceiro, neste caso, é preciso ter a coragem de mudar a disciplina eclesial em relação ao ministério e o modo do seu exercício para estancar essa ‘ferida aberta’”. Cf. CNBB. *Síntese das Contribuições da Igreja no Brasil à Conferência de Aparecida*. Brasília: CNBB, 2007, p.12.

²⁶³ O Documento de Aparecida indica os seguintes lugares eclesiais para a comunhão: a *Diocese*, a Igreja Local é o primeiro âmbito da comunhão e da missão (cf. DAp, 164-169); as *Paróquias*, células vivas da Igreja e o lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e a comunhão eclesial (cf. DAp, 170-177); as *Comunidades Eclesiais de Base*, que resgatam a experiência das primeiras comunidades, conforme os Atos dos Apóstolos (cf. DAp, 178-179) e também as *Pequenas Comunidades*, de movimentos, grupos de vida, de oração e de reflexão da Palavra de Deus (cf. DAp, 180); as *Conferências Episcopais e a comunhão entre as Igrejas*, espaço, para os bispos, de discernimento solidário sobre os grandes problemas da sociedade e da Igreja e o estímulo para oferecer orientações

O seguimento de Jesus, nascido do encontro pessoal com Ele, no seio de uma comunidade eclesial concreta, precisa se direcionar para uma terceira etapa: a formação bíblico-teológica. Afirmo o Documento de Aparecida que os fiéis precisam aprofundar o conhecimento da Palavra de Deus e os conteúdos da fé, uma vez que esta é a condição para o amadurecimento de sua experiência religiosa. Neste caminho, vivencial e comunitário, a formação não consiste em um conhecimento teórico e frio, mas sim em um instrumento fundamental e necessário no crescimento espiritual, pessoal e comunitário (cf. DAp, 226c). A vocação e o compromisso de ser hoje discípulos e missionários de Jesus Cristo na América Latina e no Caribe requer uma clara e decidida opção pela formação dos membros das comunidades (cf. DAp, 276)²⁶⁴.

A formação bíblico-doutrinal, entretanto, não pode perder de vista a iniciação à vida cristã e a catequese permanente (cf. DAp, 286-300). O Documento constata a existência de um grande número de cristãos católicos sem a consciência de sua missão de ser sal e fermento no mundo, com identidade cristã fraca e vulnerável (cf. DAp, 286). Trata-se de um grande desafio, que na verdade questiona a fundo a forma de educação na fé e de fortalecimento da vivência cristã, adotada pela Igreja. Impõe-se a tarefa irrenunciável de oferecer uma modalidade de iniciação cristã²⁶⁵, que eduque

pastorais que animem todo o povo de Deus a assumir sua vocação de discípulos missionários (cf. DAp, 181-183).

²⁶⁴ Segundo o Documento de Aparecida, o processo de formação deve estar pautado em cinco aspectos (cf. DAp, 278): a) o *encontro com Jesus Cristo* (o querigma como o fio condutor de um processo que culmina na maturidade do discípulo de Jesus Cristo); b) a *conversão* (mudança na forma de pensar e viver); c) o *discipulado* (amadurecimento no conhecimento, amor e seguimento de Jesus); d) a *comunhão* (inserção na comunidade); e) a *missão* (a necessidade de partilhar com os outros a alegria de ser enviado ao mundo para anunciar Jesus Cristo). Para a concretização deste processo de formação são apresentados alguns critérios gerais (cf. DAp 279-285): a) uma formação integral, querigmática e permanente (que integre harmonicamente ao longo do processo, quatro dimensões – 1. a dimensão humana e comunitária; 2. a dimensão espiritual; 3. a dimensão intelectual; 4. a dimensão pastoral e missionária); b) uma formação respeitosa do processo das pessoas (que implica – itinerários diversificados, segundo o ritmo da comunidade, na Diocese, um projeto orgânico de formação elaborado pelos organismos diocesanos competentes com todas as forças vivas e com equipes de formação que assegurem a eficácia do processo e que acompanhem as pessoas com pedagogias dinâmicas, ativas e abertas; c) uma formação com acompanhamento (que implica – a capacitação daqueles que vão acompanhar espiritual e pastoralmente os outros, na perspectiva do diálogo e da transformação da sociedade; d) uma formação na espiritualidade da ação missionária (que se baseia na docilidade ao impulso do Espírito e busca formar os discípulos para além dos espaços privados da devoção, para uma ação que mobilize e transfigure todas as dimensões da existência).

²⁶⁵ Cf. CNBB. *Iniciação à Vida Cristã: Um Processo de Inspiração Catecumenal*. Brasília: CNBB, 2009; LELO, Antônio Francisco. *A Iniciação Cristã: catecumenato, dinâmica sacramental e testemunho*. São Paulo: Paulinas, 2005; RIBAS, Leonardo Felipe de Oliveira. *O*

realmente na fé, pois ela tem sido pobre e fragmentada (cf. DAp, 287). Aparecida entende e assume o processo catequético de formação para a iniciação cristã como a maneira ordinária e indispensável de introdução na vida cristã e como a catequese básica e fundamental (cf. DAp, 294). Depois, virá a catequese permanente (cf. DAp, 295-300) que continua o processo de amadurecimento da fé. A catequese não pode ser só ocasional, reduzida a momentos prévios aos sacramentos, mas precisa se tornar um itinerário permanente. Também não pode limitar-se a uma “formação meramente doutrinal, mas se constituir em uma verdadeira escola de formação integral” (cf. DAp, 299)²⁶⁶.

A experiência pessoal de fé, a vivência comunitária e a formação bíblico-teológica convergem para uma quarta etapa: o compromisso missionário de toda a comunidade (cf. DAp, 226d). Segundo o Documento de Aparecida, uma Igreja em estado permanente de missão precisa envolver-se com as famílias (cf. DAp, 431-441), os adolescentes e jovens (cf. DAp, 442-446), os idosos (cf. DAp, 447-450), as mulheres (cf. DAp, 451-458), o pai de família (cf. DAp, 459-463) e a ecologia (cf. DAp, 470-475), para que de fato haja a conversão de cada comunidade cristã em um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo (cf. DAp, 362), no mundo da cultura (cf. DAp, 479-480), da comunicação social (cf. DAp, 485-490), nos centros de decisões (cf. DAp, 491-500) e na vida pública (cf. DAp, 501-508).

Em síntese, os discípulos missionários de Jesus Cristo devem iluminar com a luz do Evangelho todos os espaços e todas as dimensões da vida social. É preciso valorizar o diálogo entre fé e ciência (cf. DAp, 495), assim como comunicar os valores evangélicos de maneira positiva e propositiva. O caminho é indicado pela V^a. Conferência ao pedir a formação de um laicato capaz de atuar como verdadeiro sujeito eclesial tornando-se interlocutor entre a Igreja e a sociedade e vice-versa (cf. DAp, 497) e dinamizando os grupos de diálogo entre a Igreja e os formadores de opinião dos diversos campos (cf.

itinerário da iniciação cristã da fé de adultos em contextos urbanos: da pastoral de conversão à catequese de iniciação. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

²⁶⁶ O Documento de Aparecida apresenta os seguintes lugares de formação para os discípulos missionários: a *Família*, primeira escola de fé (cf. DAp, 302-303); as *Paróquias* (cf. DAp, 304-306); as *CEBs*, os *Movimentos Eclesiais* e *Novas Comunidades* (cf. DAp, 307-313); os *Seminários* e *Casas de Formação Religiosa* (cf. DAp, 314-327), bem como a *Escola* e a *Universidade católicas* (cf. DAp, 328-346).

DAP, 498). Se muitas estruturas atuais geram pobreza e exclusão, em parte se deve à falta de fidelidade a compromissos evangélicos de muitos cristãos, com especiais responsabilidades políticas, econômicas e culturais (cf. DAP, 501). Dentro da tarefa de se construir uma sociedade de acordo com o projeto de Deus, Aparecida mostra a atualidade da opção preferencial pelos pobres, que exige de todos, em especial dos construtores da sociedade²⁶⁷, uma atenção pastoral efetiva.

4.2.

O testemunho profético da Igreja no mundo globalizado: a opção preferencial pelos pobres e novos excluídos

A opção preferencial pelos pobres tem despertado, a partir do Vaticano II e, de modo especial, a partir de Medellín e Puebla, intensa discussão envolta em muitas tensões, incompreensões e tentativas de amenizar suas implicações práticas. A origem desta opção está fundamentada nas Sagradas Escrituras, trata-se de uma opção teocêntrica,²⁶⁸ ou seja, se enraíza no próprio Deus, em seu modo de agir, em seu auto-revelar-se, em seu próprio ser, e é “uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (DAP, 391).

Já o Concílio Vaticano II, falando dos “sinais dos tempos”, acentuou decididamente a história e seus acontecimentos, bons ou trágicos, como um lugar teológico. A teologia latino-americana refletiu a história a partir “do seu reverso”, a partir daqueles que não triunfam e sim, são sempre submetidos e

²⁶⁷ “Os bispos reunidos na Vª Conferência queremos acompanhar os construtores da sociedade, visto que é a vocação fundamental da Igreja neste setor formar as consciências, ser advogada da justiça e da verdade e educar nas virtudes individuais e políticas. Queremos chamar ao sentido de responsabilidade dos leigos para que estejam presentes na vida pública, e mais concretamente na formação dos consensos necessários e na oposição contra a injustiça” (DAP, 508).

²⁶⁸ É assim que o teólogo Gustavo Gutiérrez chama tal opção: “A opção pelos pobres significa, em última instância, uma opção pelo Deus do Reino que Jesus anuncia (...). É uma opção teocêntrica e profética que lança suas raízes na gratuidade do amor de Deus”. E ainda: “Digamo-lo com clareza: a razão última dessa opção está no Deus em quem cremos. (...) Trata-se, para o crente, de uma opção teocêntrica, baseada em Deus”. GUTIÉRREZ, Gustavo. *“El Dios de la Vida”* In: Christus 47(1982)53-54; Id. *A Força Histórica dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1984, pp. 261-262.

explorados – os pobres²⁶⁹. E percebeu que a história de Deus, a sua revelação e a sua salvação está ligada bíblica e evangélicamente a esse reverso da história. A partir desse lugar entende-se melhor, mais concretamente e mais universalmente, o que Deus revela em Jesus Cristo, o que quer da Igreja e como realiza seu projeto salvífico para e com a humanidade.

Desde o início, a Conferência de Aparecida se propôs fazer uma leitura crente da realidade, e por isso também sentiu a necessidade de assumir novamente o método ver-julgar-agir, e a relacioná-lo com seu tema central: “Como discípulos de Jesus Cristo, sentimo-nos desafiados a discernir os ‘sinais dos tempos’, à luz do Espírito Santo, para nos colocar a serviço do Reino, anunciado por Jesus, que veio para que todos tenham vida e ‘para que a tenham em plenitude’” (Dap, 33). Entre os muitos “sinais dos tempos”, no atual modelo global de economia de livre mercado, que desafiam as comunidades eclesiais está a experiência de que existem muitos pobres e novos excluídos em nosso Continente e também no mundo²⁷⁰. A obediência ao Espírito passa pela atenção aos “sinais dos tempos” e pela fidelidade ao que pede o momento atual. A persistência da pobreza e a crescente desigualdade põem em evidência a profundidade de suas causas estruturais. As mudanças tecnológicas, econômicas e políticas atuais deram lugar a novos modelos de desenvolvimento e estabeleceram novas dinâmicas que afetam de forma particular os menos favorecidos. Assim, a Conferência de Aparecida consciente de sua responsabilidade e buscando estar à altura destes tempos e

²⁶⁹ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A missão evangelizadora no contexto atual: realidade e desafios a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2006; GUTIÉRREZ, Gustavo. *A Força Histórica dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1984.

²⁷⁰ Cf. VIGIL, José Maria. “Muitos pobres, muitas religiões. A opção pelos pobres: lugar privilegiado para o diálogo entre as religiões”. In: TOMITA, Luiza Etsuko; BARROS, Marcelo; VIGIL, José Maria (orgs.). *Pluralismo e Liberdade*. Por uma Teologia Latino-Americana Pluralista a partir da Fé Cristã. São Paulo: Loyola, 2005, p. 17. As estimativas de pobreza e desigualdade mais recentes disponíveis para os países da América Latina, segundo o *Panorama Social da América Latina 2009* – da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL/ONU), mostram que 33,0% da população da região eram pobres em 2008, incluindo 12,9% que viviam em condições de indigência. Estes resultados mostram uma desaceleração na redução da pobreza e um aumento da indigência, devido, sobretudo, à alta nos preços dos alimentos. Isso não impediu, porém, que o balanço tenha sido positivo em relação a 2002, bem como em relação às duas décadas passadas. As cifras mais recentes mostram também melhorias da distribuição da renda em relação a 2002 e 1990, o que contribuiu parcialmente para a redução da pobreza. Apesar destes avanços, preocupa a persistência de diferenças de vulnerabilidade à pobreza de crianças, mulheres e grupos étnicos. Entre 2008 e 2009, a incidência da pobreza no âmbito regional pode ter aumentado em cerca de 1,1 ponto percentual, com um aumento na indigência de aproximadamente 0,8 ponto percentual. Cf. a íntegra do documento em (http://www.diap.org.br/images/stories/cepal2009_dieese.pdf).

realidade se volta, com maior intensidade, novo aprofundamento e novas exigências, à evangélica opção pelos pobres. Para que a Igreja possa, de fato, ser: “morada de seus povos” e “casa dos pobres de Deus” (DAp, 8; 524; cf. 516).

Para o teólogo Gustavo Gutiérrez, Aparecida significa uma ratificação da tradição teológico-pastoral assumida nas últimas décadas nas Conferências Gerais do Episcopado. Mas, ao mesmo tempo, ou, antes por essa mesma razão, Aparecida o faz criativamente, com o olhar voltado para o tempo que vem, levando em conta os desafios atuais para a vivência e o anúncio da mensagem evangélica²⁷¹. O teólogo uruguaio Pablo Bonavía também reconhece essa postura de Aparecida ao afirmar que a fidelidade ao caminho percorrido nas últimas décadas pela Igreja latino-americana e caribenha não pode ser reduzido à mera recuperação de conteúdos e métodos, por mais importantes que sejam. Em uma realidade que muda rapidamente e revela cada vez mais sua enorme complexidade, a fidelidade implica também re-ler, enriquecer e re-significar tal tradição à luz de novos encaminhamentos, desafios e linguagens que surgem da experiência atual. Ao retomar a opção pelos pobres, questão fundamental de nossa tradição, e enraizá-la na fé cristológica, a Vª Conferência indica uma re-contextualização e uma nova etapa no aprofundamento dessa opção no contexto da Igreja latino-americana²⁷².

Em seu Discurso Inaugural da Vª Conferência, o papa Bento XVI afirmava que há consciência de que “depois da IVª Conferência, em Santo Domingo, muitas coisas mudaram na sociedade” (DI, 2). O Documento Final de Aparecida também inicia-se com a constatação de que os povos da América Latina e Caribe “vivem hoje uma realidade marcada por grandes mudanças que afetam profundamente suas vidas” (DAp, 33). Trata-se de um contexto histórico diferente do das três últimas Conferências, tão diferente que poderíamos falar em “mudança de época” (cf. DAp, 44). O clima cultural atual da pós-modernidade é outro. Há mudanças e transformações em todas as

²⁷¹ Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. “Aparecida: a opção preferencial pelo pobre”. In: VV.AA. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 123-137.

²⁷² BONAVIA, Pablo. “Aparecida: memória y nuevo paradigma”. In: *TEOCOMUNICAÇÃO* 37 (2007), pp. 305-318.

esferas que põem em processo de mutação o projeto civilizacional moderno²⁷³. A novidade destas profundas mudanças é que “elas têm alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro, atingindo todas as dimensões da vida humana”²⁷⁴. Contudo, se sabe bem o que se deixa para trás, mas não se sabe ainda o que vem pela frente²⁷⁵. Trata-se de uma situação nova na qual os modelos anteriores já não se aplicam. Não há projetos claros. “Isso acontece porque mudanças de época são períodos históricos bem específicos, onde as respostas que, até então, eram úteis, tranquilas, já não servem mais. Surgiram novas questões. São, por isso, períodos desestruturadores”²⁷⁶.

Constatando os desafios e exigências do momento presente, o Documento de Aparecida afirma que:

Abre-se a passagem para um novo período da história, caracterizado pela desordem generalizada que se propaga por novas turbulências sociais e políticas, pela difusão de uma cultura distante e hostil à tradição cristã e pela emergência de variadas ofertas religiosas que tratam de responder, à sua maneira, à sede de Deus que nossos povos manifestam (DAp, 10).

Claramente, o Documento assume uma posição crítica em relação ao momento atual, deixando mesmo sobressair a angústia de uma Igreja que se sente incompreendida pelo mundo atual. Entretanto, o mesmo Documento, que possui um caráter de composição heterogênea, transmite o ânimo de uma Igreja que é chamada a,

²⁷³ São múltiplas as características das transformações atuais. Entre estas destaca-se a *intensidade*, ou seja, a velocidade com que as mudanças acontecem e a *quantidade*, ou seja, o volume das informações postas ao domínio público. Como não poderia ser diferente, a Igreja, como afirma o Vaticano II, “embora não seja deste mundo, está no mundo e existe para o mundo”, também está imersa num processo de profundas transformações, que a deixam perplexa. Cf. DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades*. Mundialização, globalização, planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 2001; BRIGHENTI, Agenor. *A Igreja perplexa: a novas perguntas, novas respostas*. Paulinas, São Paulo, 2004.

²⁷⁴ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2008-2010. Edições Brasília: CNBB, 2007, n. 13.

²⁷⁵ Existem diversas leituras do contexto atual, como atestam diferentes hermenêuticas em tensão. Por exemplo: BAUMANN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008; Id. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007; GESCHÉ, Adolphe. *O Mal*. São Paulo: Paulinas, 2003; LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio – Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. São Paulo: Manole, 2005; Id. *A felicidade paradoxal*. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; LYOTARD, Jean François. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1998.

²⁷⁶ AMADO, Joel Portella. “Uma Igreja em mudança de época. Pontos relevantes para a compreensão da Igreja na segunda década do século XXI”. Texto disponível em http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/cat_view/252-13o-enp, acessado em 28 de agosto de 2010.

Repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais. Ela não pode fechar-se frente àqueles que só veem confusão, perigos e ameaças ou àqueles que pretendem cobrir a variedade e complexidade das situações com uma capa de ideologias gastas ou de agressões irresponsáveis. Trata-se de confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho arraigada em nossa história, a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, que desperte discípulos missionários (DAP,11).

Por sentir-se em íntima união com Jesus Cristo, Aparecida, numa proposta propositiva, convoca-nos a recomeçar a partir de Cristo (cf. NMI, 28-29), que dá “um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva” (DCE,1; cf. DAP,12). Esta grande proposta apresenta, no entanto, uma indagação anterior: de que Jesus fala o Documento de Aparecida? Um significativo eixo cristológico²⁷⁷ pode ser encontrado na referência a 2Cor 8,9, texto mencionado pelo papa Bento XVI, em seu Discurso Inaugural (cf. DI, 3) e assumido pela Conferência no Documento Final (cf. DAP, 31 e 392): “Deus se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza”. Dessa forma, “ao fundamentar a opção preferencial pelos pobres, a referida frase atinge e fundamenta a proposta missionária presente em Aparecida, manifestando, deste modo, uma tendência cristológica da V^a. Conferência. Trata-se da cristologia da saída de si, do esvaziamento, da gratuidade, do encontro, da alteridade e da missão. É esta concepção de Jesus Cristo que leva a Igreja a ser cada vez mais missionária e samaritana (cf. DAP, 27)”²⁷⁸.

O fundamento teológico da opção pelos pobres tornou-se uma das afirmações mais relevantes do Discurso Inaugural da V^a. Conferência.²⁷⁹ O

²⁷⁷ Existem divergências quanto a Cristologia do Documento de Aparecida. Por exemplo, o teólogo Geraldo L. B. Hackmann afirma que no Documento Final da V^a. Conferência estão presentes os temas que caracterizam a reflexão sobre Jesus Cristo na América Latina: o tema do seguimento, do discipulado e do Reino de Deus. Cf. HACKMANN, Geraldo Luis Borges. “O Referencial Teológico do Documento de Aparecida”. In: *TEOCOMUNICAÇÃO* 157 (2007), pp. 319-336. Por sua vez, José Comblin critica a Cristologia do Documento de Aparecida, basicamente por considerá-la não histórica. Para ele, “o Documento faz apenas algumas alusões muito discretas à morte de Jesus sem dizer porque morreu e o significado humano dessa morte”. Cf. COMBLIN, José. “O projeto de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 258 (2008), pp. 03-10.

²⁷⁸ Cf. AMADO, Joel Portella. “Mudança de época e conversão pastoral: Uma leitura das conclusões de Aparecida”. In: *Atualidade Teológica* 30 (2008), p. 307. Para este autor os próximos anos pedem da Igreja um forte empenho na afirmação da cristologia da kénosis até a cruz (cf. Fl 2,5ss; 1Cor 1,18-25). O Jesus Cristo que será anunciado deve estar em consonância com o que foi afirmado em Aparecida.

²⁷⁹ O teólogo Gustavo Gutiérrez ressalta que “tocar o tema, e fazê-lo em termos muito claros, diante da Conferência episcopal do Continente em que surgiu a formulação dessa solidariedade

papa situa esta opção recordando que a fé cristã nos faz sair do individualismo e cria uma comunhão com Deus e, por isso mesmo, entre nós:

A fé nos liberta do isolamento do eu, porque nos leva à comunhão: o encontro com Deus é, em si mesmo e como tal, encontro com os irmãos, um ato de convocação, de unificação, de responsabilidade para com o outro e para com os demais.

O discurso do papa continua, de forma imediata, deste modo: “Neste sentido, a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9)” (DI,3). A opção pelo pobre é um caminho para a comunhão e encontra nela sua significação mais profunda e exigente²⁸⁰.

O Discurso Inaugural de Bento XVI, insiste no Deus de rosto humano e, portanto, em sua presença na história. “Deus é a realidade fundante, não um Deus só pensado ou hipotético, mas o Deus de rosto humano. É o Deus-conosco, o Deus do amor até a cruz” (DI, 3). O tema mateano do Emanuel²⁸¹, de ascendência veterotestamentária (cf. Is 7,14), impregna suas palavras e oferece um forte apoio aos compromissos que os cristãos, e a Igreja continental devem assumir diante da situação de pobreza e exclusão social. “Jesus é o Filho de Deus, a Palavra feita carne (cf. Jo 1,14), verdadeiro Deus e verdadeiro homem, prova do amor de Deus aos homens” (DAp, 102). Nele, o mistério desde sempre escondido revela-se uma vez por todas (cf. Cl 1,26). Para Karl Rahner,

Cristo é o homem em sua máxima radicalidade, e sua humanidade é a mais autônoma e a mais livre, porque é a humanidade que foi estabelecida ao ser assumida, foi estabelecida como a auto-expressão de Deus. Sendo assim, a

com os pobres, foi particularmente significativo”. Cf. Id. “Aparecida: a opção preferencial pelo pobre”. In: VV.AA. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 127.

²⁸⁰ O serviço de caridade da Igreja entre e com os pobres “é um campo de atividade que caracteriza de maneira decisiva a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral” (DAp, 394). O teólogo Antônio Alves de Melo reflete que tal afirmação estabelece um desafio para cada cristão pessoalmente, para as comunidades eclesiais e para o planejamento pastoral em seus vários níveis: local, paroquial, diocesano. E indaga: “Como fazer com que o serviço aos pobres não fique limitado a uma subdivisão dos planos pastorais, mas venha a se tornar uma das dimensões que os enformam?” Cf. MELO, Antônio Alves de. “Opção preferencial pelos pobres e excluídos: Do Concílio Vaticano II ao Documento de Aparecida”. In: *REB* 269 (2008), p. 34.

²⁸¹ Cf. CARTER, Warren. *O Evangelho de São Mateus: comentário sociopolítico e religioso a partir das margens*. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 104-106.

humanidade de Cristo não é mera ‘aparência’ de Deus, aparência vazia e vaporosa, sem nenhum peso próprio e independente do que aparece”.²⁸²

E o contexto dentro do qual essa humanidade subsiste não se reduz a meros invólucros, mas integram a revelação de Deus na Encarnação. “Sendo assim, a atitude do Senhor em relação aos pobres e à pobreza exprime um aspecto de seu ser pessoal profundo. É uma dimensão de seu mistério eterno. Deus se auto-exprime na humanidade de Jesus”²⁸³.

Dentro desta realidade da Encarnação é citado o texto em Aparecida: “Nossa fé proclama que ‘Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem’ (EAm, 67)” (DAp, 392). A menção do rosto de Cristo e do ser humano dá o fundamento da opção preferencial pelos pobres. O Documento de Aparecida o sustenta de modo muito claro: “Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2, 11-12)”. Este vínculo já havia sido assinalado pelas Conferências latino-americanas anteriores. Em Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992), aparece nitidamente o fundamento cristológico da opção pelos pobres. Todavia, a formulação apresentada pelo Documento de Aparecida confere precisão, atualidade e um grande vigor a uma perspectiva que imprimiu um selo indelével na vida da Igreja do Continente e além dele²⁸⁴. Aparecida, como afirmamos, renova com insistência e coragem a opção pelos pobres que se enraíza no próprio Deus derivando assim a importância dos pobres na configuração eclesial²⁸⁵. Assim sendo, os dois eixos definidos pelo Documento Final pedem uma convergência: a conversão pastoral deve começar pelo

²⁸² Para Karl Rahner, “manifesta-se como herética toda idéia da encarnação que considerasse a humanidade de Jesus como se fosse apenas roupagem revestida por Deus, de que ele se serviria para assinalar sua presença quando fala. E essa heresia – que foi rechaçada pela própria Igreja, quando se pronunciou contra o docetismo, apolinarismo, monofisismo e monotelismo, e que não constitui absolutamente a cristologia verdadeira e ortodoxa – no fundo constitui o que hoje se sente como se fora algo de mítico e como tal se rejeita”. Cf. RAHNER, Karl. *Curso Fundamental da Fé: introdução ao conceito de Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1989, p. 270.

²⁸³ Cf. MELO, Antônio Alves. *Op., cit.*, p. 23.

²⁸⁴ Cf. SELLA, Adriano. *Por uma Igreja do Reino: novas práticas para reconduzir o cristianismo ao essencial*. São Paulo: Paulus, 2010, pp. 157-164.

²⁸⁵ Assumimos “com nova força essa opção” (DAp, 399); “reafirmamos nossa opção” (Mensagem Final, 4); mantemos “com renovado esforço nossa opção” (Ibid., 4). Aparecida se situa em uma continuidade reforçada e criativa da opção preferencial pelos pobres, que delinea “a fisionomia da Igreja” (DAp, 391) no Continente. É uma convicção que a Conferência coloca como um caminho sem volta.

mundo dos pobres²⁸⁶. Trata-se de uma opção desafiante para a Igreja quer em sua ação pastoral, quer no compromisso concreto de seus membros.

Assim sendo, “não se trata de um tema ou capítulo entre outros, mas de uma dimensão essencial do caminho eclesial de Aparecida, como do Documento conclusivo da Vª. Conferência, como continuação e aprofundamento das Conferências pós-conciliares anteriores”²⁸⁷. Dessa forma, a fidelidade à opção preferencial pelos pobres e, em geral, à tradição reformadora da Igreja é fidelidade à mesma Igreja e aos pobres e excluídos. A evangélica opção pelos pobres se torna assim,

A dimensão mais central e característica da espiritualidade e da prática pessoal, da leitura bíblica e da teologia propriamente latino-americanas. Na medida em que essa experiência e esse espírito estiveram presentes em Aparecida – como caminho de Igreja e como acontecimento protagonizados pelos bispos – encontramos essa opção evangélica solidamente integrada na visão crente da realidade, na inspiração cristológica e nas orientações pastorais e missionárias do Documento conclusivo da Conferência²⁸⁸.

A partir do fundamento da opção pelo pobre, o Documento de Aparecida deduz uma consequência importante que encontra pronta acolhida na vida das comunidades eclesiais:

Se essa opção está implícita na fé cristológica, os cristãos, como discípulos e missionários, estamos chamados a contemplar nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles: ‘os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo’ (SD, 178) (DAp, 393).

O tema dos rostos dos pobres surgiu em Puebla (cf. nn. 31-39) e foi retomado em Santo Domingo que ampliou a lista desses rostos e pediu que fosse prolongada. Foi o que fez Aparecida assumindo um elemento relevante da tradição eclesial latino-americana das últimas décadas. Entre os “rostos sofredores que doem em nós”, o Documento de Aparecida nomeia²⁸⁹: os

²⁸⁶ “A Conversão Pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária. Assim será possível que o único programa do Evangelho continue introduzindo-se na história de cada comunidade eclesial com novo ardor missionário, fazendo com que a Igreja se manifeste como mãe que vai ao encontro, uma casa acolhedora, uma escola permanente de comunhão missionária” (DAp, 370).

²⁸⁷ Cf. MUÑOZ, Ronaldo. “A opção pelos pobres como expressão da autenticidade da Missão”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, pp. 99-100.

²⁸⁸ Idem., p. 99.

²⁸⁹ Cf. DAp 65; 88-97; 402 e 407- 430.

migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os tóxico-dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, grandes grupos de desempregados, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, os agricultores sem-terra, os mineiros. A razão desta opção é, mais uma vez, clara e exigente, porque “tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo: ‘Tudo quanto vocês fizeram a um destes meus irmãos menores, o fizeram a mim’ (Mt 25,40)”²⁹⁰ (DAP, 393). Assim “os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho” (DAP, 550). E a Igreja latino-americana está convocada a assumir sempre mais um rosto comunitário, missionário e solidário.

Para Gustavo Gutiérrez, Aparecida, de modo preciso e firme, mostra que o desafio que vem desses rostos sofredores vai ao fundo das estruturas: “Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs” (DAP, 393)²⁹¹. Por sua vez, Agenor Brighenti ressalta que para o Documento de Aparecida,

Mais que empobrecidos, os excluídos não são somente explorados, mas sobrantes e descartáveis (DAP, 65). É o pobre como insignificante, dos quais o mercado prescinde. Como não consomem, sobram, atrapalham. A inclusão dos descartáveis implica, pois, uma mudança estrutural da sociedade, na medida em que, em suas estruturas atuais, eles não cabem²⁹².

²⁹⁰ O papa João Paulo II na Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (n. 49), destaca que este texto bíblico “ilumina o mistério de Cristo”. Porque em Cristo o grande se fez pequeno, o forte se fez fraco, o rico se fez pobre. Cf. JOÃO PAULO II. Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*. São Paulo: Loyola, 2001. O teólogo Gustavo Gutiérrez afirma que há estreita relação entre Cristo e o pobre: reconhecer o rosto de Cristo no rosto sofredor de tantos homens e mulheres. A base desta perspectiva é também o texto de Mt 25, de longa presença na história da evangelização e na solidariedade com os pobres deste Continente. Por esse motivo é a passagem bíblica mais trabalhada na teologia da libertação. Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. VV.AA. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 129.

²⁹¹ Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Op. cit.*, p. 129.

²⁹² Cf. BRIGHENTI, Agenor. *Para compreender o Documento de Aparecida: o pré-texto, o con-texto e o texto*. São Paulo: Paulus, 2008, p. 86.

Aparecida afirma que a globalização é a responsável pelos novos rostos da pobreza. O tema da globalização no Documento Final abre o horizonte para os grandes temas de nossa realidade, na perspectiva dos empobrecidos e excluídos do mercado. Embora reconhecendo valores no atual processo de mundialização, a Vª Conferência adotou um posicionamento crítico em relação à globalização econômica, que hoje se dá pela hegemonia do mercado (cf. DAp, 61), no seio do sistema neoliberal²⁹³. A tendência da globalização é converter o lucro em valor supremo, gerando concentração de poder e riqueza em mãos de poucos e sofrimento e exclusão para muitos, ou seja, a globalização abre novas possibilidades para alguns, mas fecha portas para a grande maioria da população (cf. DAp, 60). A participação dos povos nessa nova realidade é desigual e injusta. Frente a essa forma de globalização é forte a convocação para que se promova uma “globalização diferente, que esteja marcada pela solidariedade, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos, fazendo da América Latina e do Caribe não só o Continente da Esperança, mas também o Continente do Amor” (DAp, 64)²⁹⁴.

Porém, o próprio Documento nos previne quanto ao risco de uma opção teórica e sem compromisso concreto e recomenda a proximidade maior com os pobres, bem como opções e gestos concretos. Dessa forma, é preciso evitar toda atitude paternalista e procurar, a partir dos próprios pobres, a

²⁹³ O teólogo A. Brighenti ressalta que mesmo com este profético posicionamento crítico por parte de Aparecida, não houve condições de ir às raízes da exclusão, ligando-a com o sistema capitalista atual, por mais que muitas Comissões dentro da Conferência insistissem. Segundo ele, trata-se de uma postura “em estreita relação com a posição da Doutrina Social da Igreja, que desde a primeira hora, acertadamente condenou o sistema coletivista marxista, mas nunca condenou o sistema liberal-capitalista. (...) A Igreja, infelizmente, ainda não acordou para as consequências drásticas do sistema capitalista-liberal, sobretudo no campo cultural, como é o franco processo de exacerbação do individualismo, a mercantilização das relações humanas e a fragmentação do tecido social. O sistema liberal capitalista, a longo prazo, na medida em que impede uma real experiência comunitária, acabará inviabilizando o cristianismo”. Cf. BRIGHENTI, Agenor. “Aparecida. As surpresas, suas propostas e novidades”. In: *Perspectiva Teológica* 39 (2007), p. 316. Para Pablo Richard a opção pelos pobres exige, hoje, “uma ruptura radical com a ideologia neoliberal e contra o sistema que a sustenta e precisa dela”. Contudo, o mesmo teólogo constata que “a atitude da Igreja com o *neoliberalismo atual* não é tão radical, mesmo sendo esta ideologia, e o sistema que legitima, uma das mais cruéis em toda a história recente da humanidade”. Cf. RICHARD, Pablo. “A Igreja Católica na América Latina e a opção pelos pobres”. In: SOTER & AMERÍNDIA (orgs.). *Caminhos da Igreja na América Latina e no Caribe: novos desafios*. São Paulo: Paulinas, 2006, pp. 297-298.

²⁹⁴ O autor P. A. Ribeiro de Oliveira constata que o Documento de Aparecida dedica mais de 50 parágrafos ao tema da globalização. Para ele “nesse longo texto há muitas considerações sobre seus aspectos positivos e negativos, mas aí se encontram também novas percepções sobre o fenômeno, suscitando a mobilização dos cristãos em favor de sua superação”. Cf. OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro de. “A Igreja que se encontrou em Aparecida”. In: *REB* 268 (2007), pp. 809-811.

transformação de sua situação. O Documento de Aparecida assume a dimensão relacional e inter-pessoal presente na opção preferencial pelos pobres, para que esta não se limite a uma consideração econômica, política ou meramente emotiva. A relação com as pessoas e grupos pobres deve incluir atitudes de envolvimento pessoal, tais como: dedicar tempo e escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, cultivar e valorizar a amizade com eles, apreciar seus valores, reconhecer sua imensa dignidade, defender seus direitos e acompanhá-los na promoção de diversas maneiras de se tornarem sujeitos e protagonistas de sua própria história (cf. DAp, 397 e 398). Os discípulos missionários devem, em oposição à cultura dominante, “assumir com seriedade a virtude da pobreza como estilo de vida sóbrio para ir ao encontro e ajudar os demais que vivem na indigência” (DAp, 540). Para tanto, a Igreja latino-americana e caribenha precisa continuar sendo,

Com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio²⁹⁵. Queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores²⁹⁶. Que seja preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos (DAp, 396).

E será tanto mais quando assumir uma configuração adequada, significativa e pertinente para a realidade na qual existe e se insere²⁹⁷. À opção preferencial pelos pobres deve ser transversal a todas as instâncias eclesiais e não restrita a determinados setores. É para isso que aponta a preferência, e não

²⁹⁵ “Seu [dos mártires] exemplo de vida e santidade constitui um presente precioso para o caminho cristão dos latino-americanos e, simultaneamente, um estímulo para imitar suas virtudes nas novas expressões culturais da história. Com a paixão de seu amor a Jesus Cristo, foram membros ativos e missionários em sua comunidade eclesial. Com valentia, perseveraram na promoção dos direitos das pessoas, foram perspicazes no discernimento crítico da realidade à luz do ensino social da Igreja e críveis pelo testemunho coerente de suas vidas” (DAp, 275). A opção pelos pobres e excluídos é a marca de nossa Igreja latino-americana e caribenha e tem o selo de nossos mártires que, por amor aos irmãos e irmãs, deram seu sangue como Jesus o fez em favor da vida de todos. Cf. KRÄUTLER, Erwin. “Escutar e seguir as Testemunhas”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: mPaulinas, 2010, pp. 289-300. O Documento de Aparecida fala quatro vezes do martírio e dos mártires da América Latina (nn. 140, 220, 275 e 396), e sublinha “o testemunho como componente chave na vivência da fé” (n. 55).

²⁹⁶ Cf. Medellín 14, 4-11; DP 1134-1165; SD 178-181.

²⁹⁷ Para o autor Luiz Roberto Benedetti o texto da opção preferencial pelos pobres em Aparecida é explícito e de uma clareza exemplar, tornando-se um dos pontos alto do Documento. Cf. BENEDETTI, Luiz Roberto. “Olhar Sociológico para o Documento de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 257 (2007), pp. 03-09.

para amortecer a radicalidade da opção²⁹⁸. A razão para tal atitude é que “a Igreja deve cumprir sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes (cf. Mt 9, 35-36). Ele (...) sendo rico, escolheu ser pobre por nós (cf. 2Cor 8,9), ensinando-nos o caminho de nossa vocação de discípulos e missionários” (DAp, 31).

Os pobres, em boa parte, ainda não são um sujeito histórico. Estão dispersos, desunidos, incomunicados, sumidos ainda na “síndrome depressiva” da última década do século passado²⁹⁹. Aparecida também está atenta a esta realidade e aponta o rumo: os dos mesmos pobres como “sujeito”³⁰⁰. Não se trata de falar pelos pobres, o importante é que eles próprios tenham voz e vez em uma sociedade que não escuta seu clamor por libertação e justiça.

Uma longa experiência feita por todos aqueles que dão sua vida pelos pobres e que constitui uma riqueza da Igreja na América Latina, tematizada também em sua teologia, recebe um destaque honroso em Aparecida. ‘Quantas vezes os pobres e os que sofrem nos evangelizam realmente!’ (DAp, 257). Neles os valores evangélicos da partilha, da solidariedade, da sensibilidade diante do

²⁹⁸ Gustavo Gutiérrez ressalta que o termo *preferência* “não tenta moderar – menos ainda esquecer – a exigência de solidariedade com o pobre e com a justiça social. Ele só pode ser compreendido em relação com o amor de Deus. A Escritura o apresenta como, concomitantemente, universal e preferencial. A isso se referia João XXIII quando falava de ‘uma Igreja de todos e particularmente uma Igreja dos pobres’. Trata-se de dois aspectos que não estão em contradição, mas sim em uma tensão fecunda. Limitar-se a um deles é perder os dois. Por isso Aparecida diz que: ‘A missão do anúncio da Boa-Nova de Jesus Cristo tem destinação universal. Seu mandato de caridade alcança todas as dimensões da existência, todas as pessoas, todos os ambientes de convivência e todos os povos’” (DAp, 380). É neste marco que se deve entender o sentido da prioridade dos insignificantes e excluídos. Cf. GUTIÉRREZ, Gustavo. *Op., cit.*, p. 131. Entretanto, para José Maria Vigil com o advento da chamada “crise da Teologia da Libertação”, alguns autores suavizaram seu discurso sobre a Opção pelos Pobres, preferindo abandonar a perspectiva do Amor-Justiça, substituindo-a quase completamente pela da “gratuidade” de Deus como fundamento da Opção pelos Pobres. Neste novo posicionamento, Deus, simplesmente “prefere” os pobres, tem uma “fraqueza” misericordiosa, uma “ternura” incontida para com eles, e não se deverá buscar muitas razões para esse fato, precisamente porque é “gratuito”. A Opção pelos Pobres resultaria ser uma espécie de “capricho” de Deus com relação aos “pequenos”, aos “fracos”, aos “insignificantes”. A própria teologia da Opção pelos Pobres deveria desvincular-se do tema forte da justiça e ser adjudicada ao tema suave da gratuidade. Sua tese é que este deslocamento do acento da Justiça para a Gratuidade de Deus como fundamento da Opção pelos Pobres deteriora e finalmente faz uso indevido dessa opção - consciente ou inconscientemente -, ao convertê-la em uma simples “preferência”, em um “amor preferencial”, uma simples prioridade de ordem na caridade, deixando de ser uma verdadeira “opção”, uma tomada de partido disjuntiva e excludente, como uma opção fundamental, fundada na própria natureza de Deus. Cf. VIGIL, José Maria. “A opção pelos pobres é opção pela justiça, e não é preferencial: Para um reenquadramento teológico-sistemático da Opção pelos Pobres”. In: <http://www.adital.com.br/SITE/noticia2.asp?lang=PT&cod=26531>, (acessado em 18 de agosto de 2010).

²⁹⁹ Cf. VIGIL, José Maria. *Embora seja noite*. São Paulo: Paulinas, 1997.

³⁰⁰ No Documento de Aparecida este aspecto aparece duas vezes a propósito da opção pelos pobres (nn. 394 e 397-398), e uma terceira vez a propósito das Comunidades Eclesiais de Base (n. 179).

sofrimento alheio, enfim, da caridade cristã, são vividos no anonimato, mas demonstrando para quem deles se aproxima a força prodigiosa do Espírito de Deus na fragilidade humana. Por esse motivo, enquanto cristãos qualificados, não pela ciência, mas pela vivência da fé, são não apenas objeto da evangelização, mas realmente ‘sujeitos da evangelização e da promoção humana integral’ (Dap, 398)³⁰¹.

E sentem “necessidade de construir o próprio destino” (Dap, 53). Uma dimensão importante da opção pelos pobres é construir a esperança de que outro mundo é possível, que pode existir uma sociedade onde todos possam viver em harmonia entre si e com a natureza³⁰², que é possível criar um novo sujeito capaz de concretizar essa esperança³⁰³.

Na opção preferencial pelos pobres e excluídos, a conversão pastoral da Igreja, resgatando o melhor de suas tradições espirituais, entre as quais figuram sempre, a misericórdia, a justiça e a esperança para a transformação do mundo,

³⁰¹ FRANÇA MIRANDA, Mário de. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 176. O Documento de Aparecida afirma que é preciso buscar, a partir dos pobres, “a transformação de sua situação” (Dap, 394). Todavia, ressalta L. R. Benedetti, não se pode idealizar os pobres, tomados como *sujeitos* da evangelização. “Sua dignidade e valor sagrado são postos em relevo. Num mundo objetivamente violento, que transforma a vida em luta pela sobrevivência, a idealização está em vê-los como os que ‘educam seus filhos na fé, vivem uma solidariedade constante entre parentes e vizinhos, buscam constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja’ (Dap, 398). Constitui um dos mecanismos de manutenção de uma situação a glorificação idealizadora – aliás, muito bem descrita e com caráter bastante exigente em termos de compromisso religioso-cristão”. Cf. BENEDETTI, Luiz Roberto. “Olhar Sociológico para o Documento de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 257 (2007), p. 08.

³⁰² O autor Afonso Murad constata que nas últimas décadas a Igreja na América Latina e no Caribe avançou muito no tocante ao compromisso social. Contudo, não teve a mesma sensibilidade e ousadia para a questão ambiental. Para ele o Documento de Aparecida significou, neste sentido, um notável avanço para o compromisso dos cristãos com a ecologia. Cf. MURAD, Afonso. “Ecologia e Missão: um olhar a partir de Aparecida”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, pp. 117-137.

³⁰³ Aparecida destaca como fator positivo o sinal de vitalidade de nossos povos: *movimentos de povos indígenas, de camponeses, de mulheres, de negros e de tantos outros grupos* que estão construindo novas formas de economia solidária, de mobilização pela paz e por direitos humanos. Reavivam a esperança de um mundo mais justo, fraterno e pacífico (cf. Dap, 82). A Igreja tem sido parceira – e por vezes origem – desses movimentos e organizações na busca de uma *civilização do amor*. Segundo Benedito Ferraro, podemos também verificar, à luz da opção pelos pobres, todo o anseio por mudanças que estamos percebendo na América Latina e Caribe. Os pobres eram invisibilizados, mas hoje estão se fazendo presentes em vários países de nosso Continente e indicam a necessidade de mudanças estruturais assim como a possibilidade de um outro mundo possível, para que haja vida abundante para todos os seres humanos e também vida para toda a natureza. Cf. FERRARO, Benedito. “Opção pelos pobres no Documento de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 257 (2007), pp. 13-14. Nesta perspectiva, na Introdução ao livro *Justicia Global. Las alternativas del Foro de Porto Alegre*, é afirmado que felizmente, “o começo do século XXI está marcado pela emergência de um novo sujeito emancipatório: os movimentos sociais pela justiça global. Um novo caminho de esperança começa a se desenhar no horizonte dos pobres do mundo (...), caminho que começa a se opor à globalização neoliberal, seguro de que ‘outro mundo é possível’”. Cf. DIAZ-SALAZAR, Rafael. *Justicia Global. Las alternativas del Foro de Porto Alegre*. Barcelona: Icaria-Intermón, Oxfam, 2002.

faz ver que o serviço aos pobres é tão essencial a ela quanto a pregação da Palavra e a celebração dos sacramentos (cf. DAp, 399). Esse serviço, verdadeira missão da Igreja, pode concretizar-se de duas maneiras: a solidariedade imediata e o compromisso na luta em favor da justiça. As duas frequentemente se interpenetram³⁰⁴.

No plano da solidariedade imediata, a Igreja se depara com pessoas, famílias e grupos cuja sobrevivência depende de ações, marcadas pelo amor-misericórdia, a serem assumidas imediatamente. Trata-se de uma dinâmica de assistência, que no texto está sinalizada como o compromisso de dedicar mais tempo aos pobres, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas ou anos de vida e procurar, a partir deles, a transformação de sua situação (cf. DAp, 397). O desafio está justamente em como realizar este compromisso estruturando-o ordenadamente, conservando o espírito de acolhida pessoal, sem qualquer traço de paternalismo ou mero assistencialismo e fazendo dele a plataforma para ações mais profundamente eficazes.

Por sua vez, na luta em favor da justiça a Igreja, “advogada da justiça e dos pobres” (DI, 4), têm por fundamento a análise da presente realidade latino-americana e caribenha que os bispos reconhecem ser de iniquidade social, de intoleráveis desigualdades sociais e econômicas que clamam ao céu (cf. DAp, 395) e fruto de um processo promotor de iniquidades e injustiças (cf. DAp, 61). E entende que a opção pelos pobres envolve a promoção humana e a autêntica libertação “sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade” (DI, 3; cf. DAp, 399). Ação pela justiça e promoção humana não são alheias à evangelização. Ao contrário, constituem uma parte da proclamação da Boa Nova³⁰⁵. Nessa ótica, a Vª Conferência indica que “a opção pelos pobres deve

³⁰⁴ Estas duas maneiras, embora com matizes diferentes, são assumidas por: MELO, Antônio Alves de. “Opção preferencial pelos pobres e excluídos: Do Concílio Vaticano II ao Documento de Aparecida”. In: *REB* 269 (2008), pp. 35-36; FERRARO, Benedito. “Opção pelos pobres no Documento de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 257 (2007), pp. 13-14; BOFF, Clodovis. “Re-partir da Realidade ou da Experiência da Fé? Propostas para a CELAM de Aparecida”. In: *REB* 265 (2007), pp. 31-32.

³⁰⁵ A Conferência de Medellín afirma que Jesus veio para nos libertar do pecado, cujas consequências são servidões que se resumem na injustiça (Justiça, 3). João Paulo II afirma em Puebla que a missão evangelizadora “tem como parte indispensável a ação pela justiça e promoção do ser humano” (DI III,2). Bento XVI recorda que “a evangelização esteve sempre unida à promoção humana e à autêntica libertação cristã (DI, 3; cf. DAp, 27). E em sua primeira encíclica afirma: “Amor a Deus e amor ao próximo se fundem entre si” (DCE, 15).

conduzir-nos à amizade com os pobres” (DAp, 398) e a vê-los como sujeitos de sua própria libertação. De fato, sem amizade não há autenticamente solidariedade nem um verdadeiro compartilhar a vida com eles. Assim,

De nossa fé em Cristo brota também a solidariedade como atitude permanente de encontro, fraternidade e serviço, que se há de manifestar em opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos e no permanente acompanhamento de seus esforços por serem sujeitos de mudança e transformação de sua situação (DAp, 394).

Este compartilhar nasce da alegria do “encontro com Jesus Cristo, a quem reconhecemos como o Filho de Deus encarnado e redentor (...) desejamos que a alegria da Boa Nova do Reino de Deus, de Jesus Cristo vencedor do pecado e da morte, chegue a todos (...) e fazê-lo conhecido com nossa palavra e obras é nossa alegria” (DAp, 29). Sem tal experiência, a transmissão da mensagem se converte em algo frio e distante que não chega às pessoas concretas. À luz do Evangelho se reconhece a imensa dignidade e valor sagrado dos pobres aos olhos de Cristo³⁰⁶, e supera-se o risco de que a opção por eles fique apenas “em plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossos comportamentos e em nossas decisões” (DAp, 397)³⁰⁷. Seramente assumida, a opção pelos pobres nos impulsiona a “procurar

Num texto muito influente em Aparecida, Bento XVI afirma abertamente: “A Igreja é advogada da justiça e dos pobres” (DI, 4). Trata-se, como vimos, de uma questão de princípio, e as distâncias e infidelidades a este postulado no decorrer da história não o modificam enquanto exigência permanente.

³⁰⁶ A partir do “lugar teológico dos pobres” se entende melhor quem é Cristo. “O Filho de Deus não só deu preferência aos mais necessitados de cura, de dignidade e de justiça, mas identificou-se com os pequeninos, de Belém à cruz, e até o dia do juízo final conforme Mt 25. Há uma grande tradição eclesial que identifica Cristo e o pobre. Mesmo como Senhor, Ele é confessado a partir de sua condição despojada de servidor”. Cf. SUSIN, Luiz Carlos. “O privilégio e o perigo do ‘lugar teológico dos pobres’ na Igreja”. In: VIGIL, José Maria (org). *Descer da Cruz os Pobres: Cristologia da Libertação*. Paulinas, São Paulo, 2007, p. 328. Para Jon Sobrino não poderá haver cristianismo jesuânico se os pobres não estiverem em seu centro. Por isso se faz necessário constantemente o aprofundamento de dois pontos importantes para a autocompreensão e missão das Igrejas. O primeiro é “a opção pelos pobres, central em Medellín, na teologia da libertação e na vida e morte de comunidades. O segundo ponto é mais novo e provocativo: aceitar que a salvação vem dos pobres. Ambas as coisas são difíceis de aceitar, a segunda mais que a primeira. Mas sejam quais forem as dificuldades, duas coisas são inegáveis: os pobres são as imensas maiorias da humanidade e estão no centro do Evangelho”. Cf. SOBRINO, Jon. *Fora dos pobres não há salvação: pequenos ensaios utópico-proféticos*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 134.

³⁰⁷ Um dos caminhos a seguir nesta direção que o Documento de Aparecida apresenta está “a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada. No centro desse agir está cada pessoa, que é acolhida e servida com cordialidade cristã (...)” (DAp, 401).

caminhos novos e criativos” (DAp, 409). Ela nos obriga ainda, a envolver-nos na transformação das “intoleráveis desigualdades sociais e econômicas” (DAp, 395). Solução única e globalizadora não existe, é preciso articular novas respostas aos novos desafios³⁰⁸.

O Documento de Aparecida afirma que a Igreja não pode se “instalar na comodidade, no cansaço e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do Continente” (DAp, 362). Fazer a opção preferencial por eles significa mudar a perspectiva de vida pastoral da Igreja: a não limitar-se a fazer algo pelos outros, mas a mudar de rota, a começar a pensar e projetar as ações pastorais junto com os últimos e a partir de suas exigências e visões de vida³⁰⁹. E acrescenta: “Esperamos um novo Pentecostes que nos livre do cansaço, da desilusão, da acomodação ao ambiente; esperamos uma vinda do Espírito que renove nossa alegria e nossa esperança” (DAp, 362).

A Conferência de Medellín, a partir do caminho apresentado pelo Concílio Vaticano II, abriu os olhos e o coração da Igreja para a realidade socioeconômica e política dos povos deste Continente. Não se restringiu a lamentar a injustiça e a violência que denominou “institucionalizada”, mas procurou identificar as causas da exclusão de milhões de seres humanos. Insistiu em que a Igreja precisava engajar-se na promoção da justiça e da paz. Medellín tornou-se novo Pentecostes para a América Latina.

O Documento de Aparecida é parte de um processo já existente na América Latina e no Caribe. Assim sendo, no momento atual do pós-Aparecida, de recepção do Documento e do Evento que marcará a vida da Igreja da América Latina e do Caribe nos próximos anos, não se trata apenas de esperar por um novo Pentecostes. O Documento de Aparecida tem uma marca

³⁰⁸ “A Igreja tem um papel limitado nas transformações do mundo. Esse papel, no entanto, pode ser eficaz e significativo, servir eficazmente ao advento do Reino de Deus. Pode também passar ao lado dele e perder chances históricas”. Cf. CESCÓN, Everaldo. “Ser Discípulos num Tempo de Mudança”. In: *REB* 268 (2007), p. 958.

³⁰⁹ Para o autor A. Sella é preciso superar a perspectiva da Igreja do assistencialismo, ou seja, aquela que mantendo o *status quo*, inclusive as alianças e os privilégios, faz algo a mais pelos outros, chegando a ser uma Igreja “companheira de viagem” sobretudo de quem mal consegue viver porque é continuamente marginalizado e excluído. Cf. SELLA, Adriano. *Por uma Igreja do Reino: novas práticas para reconduzir o cristianismo ao essencial*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 162. O teólogo A. A. de Melo indaga, nesta direção, se “uma Igreja de diáspora, minoritária, aberta, acolhedora, impregnada de espírito missionário não de proselitismo, solidária com o povo, aliada de sua causa não corresponderia melhor ao Evangelho? Uma Igreja que, como Cristo, assume como sua a causa dos pequenos, dos fracos, dos pobres, isto é, da maioria do gênero humano”. Cf. MELO, Antônio Alves de. “Documento de Aparecida: caminhos para sua recepção eclesial. In: *REB* 274 (2009), p. 355.

de esperança, mas não de ilusões e ingenuidades. Ele busca conhecer devidamente os desafios que vêm de nossa realidade e encara essa situação sem subterfúgios e escapatórias³¹⁰. A presença das opções pastorais das Conferências anteriores, de modo especial, a opção preferencial pelos pobres, reafirma e atualiza a tradição eclesial construída pela Igreja da América Latina e do Caribe nas últimas décadas. Nesse sentido, Aparecida se une às Conferências anteriores na promoção da dignidade humana e na defesa integral da vida humana, como afirma todo o capítulo oitavo, Reino de Deus e promoção da dignidade humana (DAp, 380-430), do Documento Final, acrescentando que se deve criar uma “cultura da vida”.

Assim, a opção pelos pobres deve mesmo “atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais” (DAp, 396), abrindo caminhos novos e criativos para a Igreja da América Latina e do Caribe viver a graça e alegria de um novo Pentecostes³¹¹, profundamente inserida no meio em que é chamada à missão, a fim de que em Jesus Cristo os povos deste Continente tenham vida e vida em abundância (cf. DAp, 1). Um verdadeiro desafio tem a Igreja neste Continente para dissipar medos, apaziguar violências, sacudir os indiferentes e participar ativamente na re-orientação dos processos, o que implica a interação solidária com as sociedades civis e o diálogo que incida entre os atores políticos e econômicos de nossa sociedade (cf. DAp, 395).

³¹⁰ Para o teólogo A. A. de Melo o Documento de Aparecida “apresenta sugestões e observações pautadas por um realismo evangélico impregnado de esperança, ao mesmo tempo em que indica possibilidades de concretização dessa opção para os católicos ‘responsáveis pelas finanças das nações, aos que fomentam o emprego, aos políticos que devem criar as condições para o desenvolvimento econômico dos países...’. A opção preferencial pelos pobres e excluídos deve impregnar toda existência cristã. Não é uma questão de ideologia ou paternalismo, mas de fidelidade a Jesus Cristo e ao Evangelho. Por isso, se existe um pluralismo nas realizações concretas dessa opção, exige-se unidade em relação a determinadas exigências que ela impõe a todos (cf. DAp, 391-398)”. Cf. MELO, Antônio Alves. *Op. cit.*, p. 359.

³¹¹ Com clareza profética afirma D. Erwin Kräutler que “o novo Pentecostes só vai acontecer se a Igreja estiver disposta a abrir as portas para o mundo como aconteceu naquela memorável manhã em Jerusalém (cf. At 2,1-41), a lançar-se no meio do mundo e anunciar com coragem o Evangelho de Deus, a entrar sem medo (...) nesta sociedade pluralista, diversificada, e a defender os pobres, os excluídos, especialmente aqueles que hoje são considerados supérfluos e descartáveis (...). O novo Pentecostes exige que a Igreja fale ao mundo com competência e ousadia, não para o mundo de ontem e de outrora, mas para o mundo de hoje e de agora e com uma linguagem que o mundo entende”. Cf. KRÄUTLER, Erwin. “Escutar e seguir as Testemunhas”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 300.

4.3.

Igreja para o Reino: novas estruturas e atitudes pastorais – novo ardor missionário

O Concílio Vaticano II deixou marcas teológico-pastorais novas para a ação missionária da Igreja. A ênfase no pós-concílio está no ser missionário de todos os batizados e não mais apenas na territorialidade das missões. A missionariedade não é mais considerada como algo exterior ou uma entre muitas atividades. O Concílio define a missionariedade como parte integrante da identidade eclesial. A Igreja conciliar se considera por sua natureza missionária (cf. AG, 2) e se define como Povo de Deus, sacramento universal da salvação e como mistério. O Povo de Deus, em seu conjunto, por sua natureza e vocação, é um povo missionário. É chamado “para manifestar e comunicar a caridade de Deus a todas as pessoas e povos” (AG, 10).

O Documento de Aparecida, no início da terceira parte, recupera essa perspectiva ao afirmar que:

‘A Igreja peregrina é missionária por natureza, porque tem sua origem na missão do Filho e do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai’ (AG, 2). Por isso, o impulso missionário é fruto necessário à vida que a Trindade comunica aos discípulos (DAp, 347).

A missão da Igreja tem a sua origem na “missão de Deus”. Essa missão de Deus Trindade significa a abertura da relação intratrinitária que se concretiza, historicamente, na Criação, na Encarnação e na Redenção (cf. AG, 2-5). Ao enviar seu Filho Jesus Cristo, Deus entra na história humana de modo novo e definitivo, sua missão adquire densidade, visibilidade e também vulnerabilidade históricas. “A abertura da relação intratrinitária de Deus para a humanidade fragilizada constitui uma nova lógica nas relações entre Deus e a humanidade e entre as pessoas humanas. É a lógica de Deus-amor, a lógica do dom e da doação”³¹².

Jesus nos revelou o mistério da comunhão trinitária de Deus como origem da missão. Essa comunhão trinitária (cf. DAp, 109; 153; 157; 523) é sinônimo de amor. Jesus é manifestação e testemunha desse amor intratrinitário

³¹² Cf. SUESS, Paulo. “Lugar da Missão em Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 254 (2007), p.2.

(DAP, 348). Assim, falar de Deus significa falar de amor e missão. Diante da Aliança rompida pelo pecado, Deus envia o Filho no Espírito Santo³¹³ em missão para inaugurar uma nova Aliança, anunciando um novo mandamento como Boa-Nova da recriação do mundo e da humanidade (DAP, 241). Dessa “missão de Deus” todos os cristãos participam, desde seu Batismo (DAP, 153), encontrando-se “plenamente no serviço para com o outro” (DAP, 240; cf. nn. 153 e 347). Segundo a eclesiologia do Vaticano II, resgatada no Documento de Aparecida, a dignidade do Povo de Deus precede à diferenciação de dignidades hierárquicas (LG, 1). Todos os batizados e batizadas da América Latina e do Caribe “através do sacerdócio comum do Povo de Deus” (DI, 5), são chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade. “A Igreja inteira é missionária, tanto em cada um de seus integrantes como em suas ações e estruturas”³¹⁴. A estrutura dessa Igreja-missão é trinitária porque ela é “Povo de Deus, “Corpo do Senhor” e “Templo do Espírito Santo” (LG, 17).

A essência trinitária da missão comunica a vida divina na vida nova em Cristo. Ele, “a Palavra e a Vida, veio ao mundo para nos fazer ‘participantes da natureza divina’ (2Pd 1,4), para que participemos de sua própria vida” (DAP, 348). Este tema perpassa todo o Documento de Aparecida. Esta vida divina, como afirma a Vª Conferência, é a própria vida de Jesus, seu ministério a serviço do Reino da Vida, oferecendo a vida plena para todos, conteúdo fundamental da Missão (cf. DAP, 361). A Boa Notícia de Deus, eu-aggelion, é a própria vida de Jesus que traz a Boa Nova de um Deus Pai, próximo a qualquer pessoa e libertador da opressão (Lc 4, 14-21). “Ele (Jesus) é o único Libertador e Salvador que, com sua Morte e Ressurreição, rompeu as cadeias opressivas do pecado e da morte, revelando o amor misericordioso do Pai e a vocação, dignidade e destino da pessoa humana” (DAP, 6). Evangelizar é,

³¹³ Para o teólogo Paulo Suess, Aparecida destaca à atuação do Espírito Santo entre outros motivos, como uma resposta aos movimentos pentecostais: “Maria concebeu seu Filho Jesus, Palavra de Deus, pela força do Espírito Santo. Esse mesmo Espírito está no início da missão de Jesus de Nazaré. Nele o filho do carpinteiro foi confirmado ‘Filho bem amado’, por ocasião de seu Batismo no Jordão (Lc 3,22). Por ele foi conduzido ‘ao deserto para preparar-se para sua missão. Nele foi ungido Messias e fez o discernimento decisivo de sua vida sobre a finalidade e os colaboradores de sua missão: ‘Ele me ungiu para evangelizar os pobres’” (Lc 4,18). Cf. SUESS, Paulo. “Missão, o paradigma-síntese de Aparecida”. In: VV.AA. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 173.

³¹⁴ Cf. BRIGHENTI, Agenor. “Aparecida. As surpresas, suas propostas e novidades”. In: *Perspectiva Teológica* 39 (2007), p. 324.

portanto, encarnar na história mistérios de um Reino já presente, desde a Criação.

O Reino de Deus anunciado por Jesus é central na vida cristã e na missão da Igreja. Jesus anunciou a chegada iminente desse Reino, e deu sinais de sua presença: curas, expulsão de demônios, acolhida de pecadores e excluídos, refeições com desprezados. Nos Evangelhos está explicitado que,

Jesus anuncia a Boa Notícia a pessoas bem concretas e a torna real para elas. E também exige delas, pessoalmente, uma forma de vida para que Deus reine em Israel. Exige o seguimento, uma práxis do Reino e um configurar-se segundo a mensagem e a pessoa do próprio Jesus, na linha das parábolas do samaritano, do filho pródigo, das bem-aventuranças... E exige, também, participar de seu destino de perseguição e cruz, por causa do confronto profético com o mundo opressor³¹⁵.

Somente com as suas parábolas, curas e com o conjunto do seu ministério, Jesus mostra como ele vê este Reino.

Ao anunciar a aproximação do Reino, Jesus trazia esperança, sobretudo aos pobres. Para Ele,

O Reino encontra-se onde a vida humana se torna 'realizada', onde se cumpre a 'salvação' dos homens e das mulheres, onde a justiça e o amor começam a prevalecer e as condições escravagistas terminam (...). O Reino de Deus é um mundo novo em que o sofrimento é eliminado, mundo de pessoas completamente sadias ou curadas em uma sociedade não mais dominada pelas relações senhor-escravo, totalmente diferente da que existia sob o domínio romano³¹⁶.

Justamente por esta razão, Jesus se dirige especialmente aos pobres e injustiçados.

Imediatamente depois do programático anúncio do Reino, Jesus chama seus seguidores. Chama-os para estar com Ele, para ser enviados por Ele e, a medida que se aproxima do fim, para participar de seu destino. As pessoas que puderam experimentar no encontro pessoal com Jesus Cristo a salvação de Deus foram, elas próprias, chamadas a fazer depois dEle o que Ele havia feito, até mesmo em medida maior (cf. Jo 14,12), com um amor-gratuito pelo próximo. O fundamento do itinerário de vida dos discípulos encontra-se no

³¹⁵ Cf. SOBRINO, Jon. *Fora dos pobres não há salvação: pequenos ensaios utópico-proféticos*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 123-124.

³¹⁶ Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Por uma Igreja mais humana: identidade cristã dos ministérios*. São Paulo: Paulinas, 1989, pp. 31-32.

trajeto que o próprio Jesus assumiu na história. Consequentemente, participar de sua própria vida é tornar-se discípulo missionário³¹⁷. Isso significa,

Assumir a atitude de compaixão e cuidado do Pai, que se manifestam na ação libertadora de Jesus. ‘A Igreja defende os autênticos valores culturais de todos os povos, especialmente dos oprimidos, indefesos e marginalizados, diante da força avassaladora das estruturas de pecado manifestas na sociedade moderna’ (SD, 243) (DAP, 532).

O objeto da preocupação de Jesus era o Reino³¹⁸. Nada do que se diga de Jesus pode ser dito se não estiver em sintonia com o Reino de Deus. Para fazer com que o Reino tivesse influência positiva sobre este mundo, e para transformar o mundo segundo o desígnio definitivo de Deus, Jesus assumiu o caminho da justiça e da gratuidade como seus princípios de vida. Para ele, o fundamental era uma solidariedade humana básica que não excluiria ninguém do amor de Deus e que garantiria que todos seriam tratados como irmãos e irmãs na grande família de Deus³¹⁹.

Jesus viveu a fidelidade a este propósito até o fim. A fim de dar continuidade à sua obra até a consumação final dos tempos, Ele escolheu discípulos e depois os enviou (Jo 20,21). A missão da Igreja a partir deste mandato do Senhor é compreendida como missão colocada totalmente a serviço da promoção da “vida em abundância”, destinada a transformar toda a criação. Contudo, esta não é uma missão exclusiva da Igreja, mas deve ser levada a cabo em colaboração “com outros organismos ou instituições” (DAP, 384), diz Aparecida. A consequência desta postura assumida pelos bispos é que, por um lado, a Igreja não tem o monopólio da caridade, da justiça, da solidariedade e da paz e que, por outro lado, estas realidades apenas serão possíveis na concretude da história, na medida em que forem resultado de uma ação assumida por todas as “pessoas de boa vontade”, em nível global.

³¹⁷ Nesta perspectiva, o Documento de Aparecida não fala em discípulos “e” missionários, mas em “discípulos missionários”, pois o discipulado é seguimento de Jesus, enquanto continuação de sua obra. E a missão “não é uma tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã” (DAP, 144).

³¹⁸ Cf. BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo, Libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis: Vozes, 1986, pp. 38-47; SOBRINO, Jon. *Jesus, o Libertador. A história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 105-201.

³¹⁹ Cf. NOLAN, Albert. *Jesus antes do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1987, pp. 39-50; 91-102.

A partir do momento em que a Igreja já não é vista como a única detentora do Reino, ela já não precisa definir-se como o Reino de Deus sitiado pelos poderes deste mundo. Desde o Vaticano II a Igreja se vê mais como um fermento do Reino ou como Igreja a serviço do Reino, o qual é mais amplo que a Igreja³²⁰.

Para Edward Schillebeeckx a Igreja,

Não é o Reino de Deus, mas ela dá testemunho simbólico do Reino através de palavra e sacramento, e sua prática antecipa, efetivamente, aquele Reino. Ela realiza isso ao fazer, pelos homens e mulheres aqui e agora, e em novas situações (diferentes das situações da época de Jesus), o que Jesus fez em seu tempo: levantá-los para o Reino vindouro de Deus; abrir comunidades entre eles; cuidar dos pobres e proscritos; estabelecer vínculos comunitários dentro da casa dos fiéis e servir todos os homens e mulheres em solidariedade³²¹.

A missão de comunicar vida é a razão de ser da Igreja³²² (cf. DAp, 373).

Toda a Igreja se encontra envolvida nesta missão em prol do Reino de Deus. I. Ellacuría afirma que “a maior realização possível do Reino de Deus na história (o mesmo que Jesus veio anunciar e realizar) é o que os verdadeiros seguidores de Jesus devem prosseguir”³²³. O Reino de Deus é o querigma central do Documento de Aparecida que convoca os discípulos missionários a serem o que são desde seu Batismo, ou seja, missionários de Jesus Cristo que vivem a sua vocação cristã não apenas através de múltiplas tarefas, mas “em estado de missão” (DAp, 213) a serviço do Reino de Deus. Missão é um estado do ser cristão. Assim, converter-se ao Reino é tarefa primordial da Igreja Povo de Deus, uma vez que a missão está a serviço do Reino (DAp, 33; 190; 223).

³²⁰ Cf. FUELLENBACH, John. *Igreja: comunidade para o Reino*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 315. Para este autor a finalidade última da Igreja é servir o Reino e conduzir a humanidade a seu destino final. Por conseguinte, a missão da Igreja a serviço do Reino é basicamente dupla: Primeiro, tornar o Reino de Deus presente, proclamando sua presença em palavra e sacramento, o que acontece por meio da criação de comunidades cristãs nas quais o Reino de Deus transluz como um símbolo, um sinal ou uma parábola; onde se pode discernir claramente sua presença; e onde seu alvo final aparece como um antegosto daquilo que há de vir em plenitude no tempo próprio de Deus. Segundo, estar a serviço da ação contínua do próprio Deus no mundo e entre as pessoas de fora da comunidade eclesial, promovendo, em conjunto, esta ação. A capacidade de estar na missão em prol do Reino com alegria e autenticidade é, provavelmente, o primeiro e mais importante critério para trazer o Reino ao nosso mundo. Cf. Id. *Ibidem.*, pp. 321-322.

³²¹ Cf. SCHILLEBEECKX, Edward. *Church: The Human Face of God*. New York: Crossroad, 1990, p. 157.

³²² A atividade missionária não é tanto uma ação da Igreja, mas é simplesmente a Igreja em ação. Como afirma J. Moltmann, “não é uma Igreja que ‘tem’ uma missão, mas, ao contrário, é na missão de Cristo que se cria a Igreja. Não é uma missão que deve ser compreendida a partir da Igreja, mas o contrário”. Cf. MOLTANN, Jürgen. *La Iglesia en la fuerza del Espíritu*. Salamanca: Sígueme, 1978, p. 26.

³²³ Cf. SOBRINO, Jon. *Fora dos pobres não há salvação: pequenos ensaios utópico-proféticos*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 137.

Os discípulos missionários devem se colocar a serviço da vida integral como o fez Jesus ao curar os enfermos, reintegrar os excluídos na sociedade, saciar os famintos, perdoar os pecadores, conviver com todas as classes de pessoas, sensibilizar-se pelos mais pobres (DAp, 353). A missão, tal como é apresentada pelo Documento de Aparecida, vem caracterizada como uma “missão a serviço da vida plena” (capítulo VII). Vida não é para ser retida é para ser doada³²⁴: “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Esta vida é uma realidade para todos aqueles que fazem a opção pela pessoa de Jesus Cristo e assim participam da própria vida de Deus (DAp, 348), uma vida nova que sempre incorpora a uma comunidade eclesial onde outras pessoas vivem esta mesma vida (DAp, 349)³²⁵. E já que “não podemos conceber uma oferta de vida em Cristo sem um dinamismo de libertação integral, de humanização, de reconciliação e de inserção social” (DAp, 359), é importante que ela esteja presente em todas as atividades da Igreja. “Por isso a doutrina, as normas, as orientações éticas e toda a atividade missionária da Igreja, deve deixar transparecer essa atrativa oferta de vida mais digna, em Cristo, para cada homem e para cada mulher da América Latina e do Caribe” (DAp, 361). Portanto, é necessário descobrir o Reino de Deus aqui, alegrar-se com sua presença, aprender dele e levá-lo à completude. A capacidade de estar na missão em prol do Reino com esperança e criatividade é o primeiro e mais importante critério para trazer o Reino a esse mundo³²⁶.

³²⁴ O Documento de Aparecida dedica a esse enfoque um parágrafo, onde se define o que é missão: “A vida se acrescenta dando-a, e se enfraquece no isolamento e na comodidade. De fato, os que mais desfrutam da vida são os que deixam da margem a segurança e se apaixonam pela missão de comunicar vida aos demais. O Evangelho nos ajuda a descobrir que o cuidado enfermício da própria vida depõe contra a qualidade humana e cristã dessa mesma vida. Vive-se muito melhor quando temos liberdade interior para doá-la: ‘Quem aprecia sua vida terrena, a perderá’ (Jo 12,25). Aqui descobrimos outra profunda lei da realidade: ‘Que a vida se alcança e amadurece à medida que é entregue para dar vida aos outros. Isso é, definitivamente, a missão’” (DAp, 360).

³²⁵ Para Aparecida “não pode existir vida cristã fora da comunidade: nas famílias, nas paróquias, nas comunidades de vida consagrada, nas comunidades de base, nas outras pequenas comunidades e movimentos” (DAp, 278d). Segundo Joel Portella, a indicação de Aparecida é clara: *pequenas comunidades*, tanto as comunidades eclesiais de base, quanto outras formas de comunidade (DAp, 307 e 180). Este autor ressalta que muitas paróquias, pelo número de fiéis que devem atender, pelo estilo pastoral com que às vezes são conduzidas, não são capazes de satisfazer aos anseios por caminhos mais comunitários de viver a fé. Torna-se, portanto, urgente a reconfiguração destas paróquias em comunidades de comunidades (DAp, 517e). Cf. AMADO, Joel Portella. “Mudança de época e conversão pastoral: Uma leitura das Conclusões de Aparecida”. In: *Atualidade Teológica* 30 (2008), pp. 312-314.

³²⁶ “E assim como ‘aprouve a Deus salvar e santificar os seres humanos, não individualmente, excluía qualquer ligação entre eles, mas constituindo-se em povo’ (LG, 9), nossa realização

A re-descoberta da natureza missionária da Igreja Povo de Deus trouxe novas e maiores responsabilidades e também o reconhecimento de que nos situamos num ponto da história em que soluções antigas e comprovadas para muitas situações já não parecem funcionar. A ação evangelizadora da Igreja, quer ser a partir da Vª Conferência, “uma evangelização muito mais missionária, em diálogo com todos os cristãos e a serviço de todos os homens” (Dap, 13). O fim da Cristandade explica tal opção, que não se limita somente ao continente latino-americano³²⁷. Diante do projeto de se assumir um protagonismo missionário de toda a Igreja, Aparecida constata que há sinais de grandes mudanças, e que a resposta a clamores da humanidade envolve reformular a missão, isto é, “a missão não estará voltada para metas internas, mas tratar-se-á de uma diaconia generosa para a mudança de época. Deve-se contribuir com processos emergentes, para que haja plenitude de vida, ou seja, uma missão biocentrada”³²⁸.

A Conferência de Aparecida retomou a tradição do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín: com fé, analisar nossa realidade, evangelizar integralmente, optar pelos pobres e excluídos e tomar consciência da mudança de época³²⁹. O Documento Final de Aparecida reiteradamente aponta grandes transformações no continente e no mundo. Quase tudo está em transformação e deve ser transformado: a realidade (Dap, 210), o mundo (Dap, 290), a

pessoal não é assunto individual. A dimensão comunitária é fundamental. A relação entre o comunitário e o pessoal não é excludente. Antes, é uma relação de mútua inclusão e de crescimento mútuo: a pessoa torna-se tanto mais pessoa quanto mais atua em prol da comunidade, e a comunidade torna-se tanto mais comunidade quanto mais contribui para o desenvolvimento das possibilidades das pessoas que a integram. Portanto os seres humanos não se realizam individualmente, mas comunitariamente. E a expressão dessa realização comunitária é o Reino de Deus. Nossa vocação política, coletiva, comunitária é o Reino. Deus convoca todos os seres humanos à plenitude de vida comum que significa o Reino de Deus”. Cf. SILVA, Ezequiel. “A Centralidade do Reino de Deus na Cristologia da Libertação”. In: VIGIL, José Maria (org). *Descer da Cruz os Pobres: Cristologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 278.

³²⁷ “A Cristandade, embora continue presente em nossa Igreja, é alguma coisa residual que, em longo prazo, não tem futuro. Aparecida nos convida a iniciar um novo caminho, a não ter saudade de um passado de Cristandade que não voltará mais. Vinho novo em odres novos”. Cf. CODINA, Victor. “A missão como Renovação Eclesial”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 246.

³²⁸ Cf. IRARRÁZAVAL, Diego. “Numa mudança de época, qual é a missão?” In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, pp. 248-249.

³²⁹ O Concílio Vaticano incentiva esta perspectiva com o seu chamado para ler os sinais dos tempos e reconhecer a *nova aetate* na história (cf. GS, 4). Em seguida, em Medellín, os bispos do Continente disseram: “(...) estamos no limiar de uma nova época histórica (...) a gestação de uma nova civilização” (cf. Introdução às Conclusões, n. 4).

sociedade (DAP, 283; 330; 336) e também as estruturas eclesiais e pastorais (DAP, 365).

O tema da transformação que acontece e da transformação que o Evangelho produz está desde Medellín na pauta da Igreja latino-americana (cf. DAP, 511) e da pastoral. Aparecida retoma a *Evangelii nuntiandi* (1975) quando afirma que a missão procura ‘modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse (...), os modelos de vida’ (EN,19; cf. DAP, 331)³³⁰.

E ainda, constata, que as mudanças chegaram para ficar (DAP, 33-100). Pode-se afirmar que nos encontramos no meio de desafios fascinantes. O teólogo John Fuellenbach afirma que,

A nova situação coloca-nos praticamente no mesmo nível em que se achava a Igreja primitiva. Os primeiros cristãos não podiam contar com o passado. Tampouco estavam de posse de instruções claras do Senhor no tocante ao futuro. Lendo os sinais dos tempos e confiando na presença do Senhor no poder do Espírito Santo, eles proclamaram seu modo de agir: ‘Porque decidimos, o Espírito Santo e nós’ (At 15,28). Em consonância com isso, também nós temos de confiar na presença do Espírito Santo e, ainda assim utilizar nossa própria imaginação e capacidade de raciocínio para encontrar o caminho. Contar com o passado e nele confiar é em parte correto, mas não é o bastante; é preciso algo mais. Precisamos de imaginação profética para divisar a interioridade do futuro³³¹.

No Discurso Inaugural da Vª Conferência, o papa Bento XVI afirma que,

Depois da IV Conferência Geral, em Santo Domingo, muitas coisas mudaram na sociedade. A Igreja, que participa dos gozos e esperanças, das tristezas e alegrias de seus filhos, quer caminhar ao seu lado neste período de tantos desafios, para infundir-lhes sempre esperança e consolo (DI, 2).

A Igreja aceita desafios e não tem medo das mudanças porque entende que o Senhor conduz os rumos e as intensidades da história. Jesus anuncia a Boa Notícia como um chamado urgente à mudança. Seus discípulos estão imersos nas mudanças. Assim sendo, aquele que não muda radicalmente não é apto para o Reino de Deus. Ao nos encontrarmos numa realidade radicalmente nova, então devem ser reformulados estruturas e critérios de evangelização. “Para de verdade ser Igreja missionária, ela tem de refundar sua ação

³³⁰ Cf. SUESS, Paulo. “Missão, o paradigma-síntese de Aparecida”. In: VV.AA. *V Conferência de Aparecida: renascer de uma esperança*. São Paulo: Paulinas, 2008, pp. 176-177.

³³¹ Cf. FUELLENBACH, John. *Igreja: comunidade para o Reino*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 334.

quotidiana e redimensionar a missiologia”³³². É preciso “abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DAP, 365) e realizar “reformas espirituais, pastorais e também institucionais” (DAP, 367).

“A dimensão encarnada da Igreja postula que as mudanças pessoais dos batizados e as mudanças teológicas da Igreja se concretizem em mudanças estruturais”³³³. Esta afirmação, que tem raízes sociológicas válidas para toda a coletividade humana, se aplica também à Igreja na medida em que esta é sacramento visível e histórico de salvação (cf. LG 1; 9; 48). A Igreja, por ser ao mesmo tempo comunidade espiritual e sociedade visível (LG, 8), não pode evadir-se dos condicionamentos históricos e materiais de toda sociedade humana³³⁴. Assim sendo, para que o espírito missionário de Aparecida não se perca apenas em boas intenções e em projetos pastorais simplesmente teóricos, é necessário articular em estruturas eclesiais concretas suas intuições teológicas e pastorais. São muitas as mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas e religiosas que a América Latina vive hoje para não ser levadas em consideração³³⁵.

³³² Cf. IRARRÁZAVAL, Diego. *Op. cit.*, p. 252. O teólogo José Comblin entende que a reinvenção missionária é de tal envergadura que pode durar todo o século XXI. Este autor afirma que desde o século XII a Igreja tende a conservar o passado. Na América Latina, a partir do século XVI, é intensa a missão realizada por congregações religiosas. Hoje, 80% das pessoas vivem em cidades; o método da missão rural não corresponde a necessidades urbanas. O carisma missionário está sendo reconstruído, em contextos urbanos, onde cresce a indiferença pelo eclesial e onde também proliferam as buscas espirituais? Cf. COMBLIN, José. “O Projeto de Aparecida”. In: *Vida Pastoral* 258 (2008), pp. 03-10.

³³³ Cf. CODINA, Victor. “A missão como Renovação Eclesial”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosario (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 235.

³³⁴ A Igreja primitiva assumiu esta lei humano-divina e, desde Pentecostes (At 2, 1-13), buscou se encarnar e se abrir para as novas dimensões culturais e sociais de sua época, como recorda o Documento de Aparecida (cf. DAP, 369). Em contrapartida, o Concílio Vaticano II, que voltou à eclesiologia de comunhão do primeiro milênio na *Lumen Gentium*, não conseguiu encarnar plenamente essa eclesiologia em estruturas concretas de comunhão para a Igreja do terceiro milênio. Isto pode explicar que, no pós-Concílio, depois de um momento de euforia e primavera conciliar, se tenha passado para o inverno eclesial e para a involução. Embora o Concílio tenha falado de renovação eclesial (LG, 8) e até de reforma eclesial (*Unitatis Redintegratio*), muitos desses desejos não foram realizados por falta de estruturas que os viabilizassem.

³³⁵ O teólogo Victor Codina reconhece que “seríamos ingênuos se postulássemos que, a partir de Aparecida, as estruturas eclesiais da América Latina e do Caribe assumissem reformas que são da responsabilidade da Igreja universal e que superam as competências de uma Igreja local continental. A partir da América Latina e do Caribe, seriam desejadas reformas eclesiais radicais e algumas de suas Conferências Episcopais assim o expressaram na preparação da Conferência de Aparecida (...). No entanto, dever-se-á ter paciência eclesial, invocar o Espírito e esperar tempos melhores para que esses sonhos, em si muitos legítimos, possam se tornar, um dia, realidade na Igreja do futuro. Porém, em contrapartida, podemos desejar e postular que se

O Documento de Aparecida reconhece a necessidade de todo o Continente se colocar em estado de missão (DAP, 213) e afirma que se deve passar de uma pastoral meramente conservadora para uma pastoral decididamente missionária (DAP, 370). Para Aparecida, a Igreja não pode se instalar na comodidade, uma vez que Jesus,

Continua convocando, convidando e oferecendo incessantemente vida digna e plena para todos. Nós somos agora, na América Latina e no Caribe, seus discípulos e discípulas, chamados a navegar mar adentro para uma pesca abundante. Trata-se de sair de nossa consciência isolada e de nos lançarmos, com ousadia e confiança (parrésia), à missão de toda a Igreja (DAP, 363).

Já há algumas décadas a Igreja da América Latina e do Caribe foi tomando consciência de que se precisa de uma re-evangelização (Medellín, 1968) e uma nova evangelização (Santo Domingo, 1992). E agora, Aparecida (2007) afirma, com audácia e clareza, que é preciso passar de um continente de batizados para um continente de discípulos e missionários³³⁶.

A missão, para Aparecida, embora se abra para a missão ad gentes (DAP, 373-379), é uma missão prioritariamente para dentro da mesma Igreja, uma missão ad intra (DAP, 360-372), é dirigida a batizados não suficientemente evangelizados, que não concluíram seu processo de iniciação à vida cristã. Faz-se urgente, pois, uma conversão pastoral (DAP, 366) e uma renovação eclesial (DAP, 368). Sabendo que, como afirma o teólogo Stefano Raschiatti, o tema da conversão, antes de ser dirigido aos destinatários da missão, é apontado pelo Documento de Aparecida como exigência fundamental para a própria Igreja³³⁷. Com o mesmo espírito do Vaticano II, Aparecida analisa que na atual conjuntura de mudanças globais, a Igreja precisa mudar também, mas não apenas pastoralmente seu jeito de ser: ela precisa ser evangelizada de novo para converter-se numa Igreja cheia de ímpeto e audácia evangelizadora (cf. DAP,

concretizem em reformas eclesiais os princípios que Aparecida propõe. Este é um sonho eclesial possível”. Cf. CODINA, Victor. *Op. cit.*, p. 237.

³³⁶ O Documento de Aparecida reconhece o valor da religiosidade popular latino-americana (nn. 258-265) e os avanços positivos que aconteceram na pastoral nestes últimos anos (nn. 98-99), no entanto confessa que a fé se desgasta e se debilita (nn. 13; 38), que há uma multidão de batizados não suficientemente evangelizados (n. 293), que a América Latina, o continente com maior número de católicos, é o de maior desigualdade social (n. 527), persiste um divórcio entre a fé e a vida tanto pessoal como pública, constata-se que uma fé reduzida a práticas de devoção fragmentadas, à participação ocasional em alguns sacramentos, à repetição de princípios doutrinários e moralismo, não resistirá por muito tempo ao embate do tempo (n. 12).

³³⁷ Cf. RASCHIATTI, Stefano. “Missão *ad gentes* no Documento de Aparecida”. In: *REB* 275 (2009), p. 652.

549)³³⁸. Conversão se torna assim, um convite para a Igreja e não, primeiramente, para o mundo. “A Igreja, como instituição, deve mudar em seu modo de agir, deve reconverter-se para um mundo novo e para algumas novas exigências”³³⁹.

Embora, para Aparecida, a missão tenha uma primeira instância intraeclesial, pois se dirige primariamente aos batizados, é preciso notar que o horizonte último da missão não pode ser um horizonte eclesiocêntrico, mas deve ser o projeto do Reino de Deus, ou, nas palavras de Aparecida, a vida de nossos povos. “O Reino de Deus é o critério absoluto da conversão pastoral para todos os filhos e filhas da Igreja, que escutam o Espírito para interpretar os sinais dos tempos com os quais Deus os interpela ainda hoje”³⁴⁰. O teólogo Mario de França Miranda afirma que toda a Igreja deve se envolver nesta missão em prol do Reino de Deus: “Todo discípulo é missionário, pois ao se comprometer com Jesus Cristo necessariamente se vincula com sua missão”³⁴¹. Portanto, testemunhar a Morte e a Ressurreição salvíficas de Jesus Cristo “não é tarefa opcional, mas parte integrante da identidade cristã” (DAP, 144). A missão, como afirmamos, consiste mais em partilhar e comunicar uma experiência plenificante na alegria e na gratidão por tê-la feito: a experiência do acontecimento do encontro com Cristo (cf. DAP, 145), com o conseqüente desejo de segui-lo. Do seguimento decorre a vontade de comunicar aos outros a beleza de tal experiência. Nasce assim a vocação missionária. Contudo, somente com uma conversão pastoral criativa se poderá chegar a uma ação missionária que torne patente os valores do Reino.

O essencial em Aparecida é incentivar o discipulado missionário. Essa estratégia afeta as estruturas e os planos eclesiais. Além disso, envolve

³³⁸ Estas expressões fortes do Documento de Aparecida encontram ressonância nas palavras do papa Bento XVI, quando afirma ser necessário “recomeçar a partir de Cristo em todos os âmbitos da missão. Redescobrir em Jesus o amor e a salvação que o Pai nos dá, pelo Espírito Santo (...). A fé é uma caminhada conduzida pelo Espírito Santo que se resume em duas palavras: conversão e seguimento. Essas duas palavras-chave da tradição cristã, indicam com clareza, que a fé em Cristo implica uma práxis de vida baseada no duplice mandamento do amor, a Deus e ao próximo, e exprimem também a dimensão social da vida cristã”. (Bento XVI. Encontro e celebração das Vésperas com os Bispos do Brasil, em 11 de maio de 2007). Cf. CNBB. *Pronunciamentos do papa Bento XVI no Brasil*. Brasília: CNBB, 2007.

³³⁹ Cf. CODINA, Victor. *Op. cit.*, pp. 241-242.

³⁴⁰ Cf. MERLOS, Francisco. “A missão como conversão pastoral”. In: BRIGHENTI, Agenor; HERMANO, Rosário (orgs.). *A Missão em Debate: provocações à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 217.

³⁴¹ DE FRANÇA MIRANDA, Mário. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Paulinas, 2009, pp. 159-160.

transformação humana em todo nível. Trata-se de uma missão que deve estar voltada também para os “novos areópagos e centros de decisão” (cf. DAp, 491-492): o mundo das comunicações, a construção da paz, o desenvolvimento e a libertação dos povos, a promoção da mulher e da criança, a ecologia e a proteção da natureza. É tarefa de grande importância formar pensadores e pessoas situadas nos centros de decisão: empresários, políticos, formadores de opinião, dirigentes sindicais. Sem deixar de lado os novos campos missionários e pastorais que se abrem, entre estes a pastoral do turismo e do lazer (cf. DAp, 493).

Grandes tarefas esperam a Igreja latino-americana e caribenha. Aparecida assume a missão numa época nova. Uma reforma missionária de tal envergadura exige novos líderes e instituições. É necessário que os discípulos missionários assumam um sério e permanente processo de formação que, para o Documento de Aparecida, começa com a profunda experiência do Deus-Trino na realidade latino-americana. Inserido nessa realidade o discípulo recebe o impacto da pessoa de Jesus. Parte-se sempre do encontro com Cristo. Contudo, a figura de Jesus Cristo permite muitas interpretações.

Na América Latina em geral, a experiência tem mostrado que o acento sobre a humanidade de Jesus, sobre sua vida junto ao povo, aos pobres e marginalizados, tem maior força de atração e de conversão. Com base nessa linha se forma o discípulo missionário³⁴².

Trata-se de uma formação integral, querigmática, permanente e acompanhada. O objetivo principal do processo formativo daquele que pretende ser discípulo missionário de Jesus Cristo, como leigo ou pastor de seu povo, é assegurar a qualidade missionária dos seguidores de Jesus (cf. DAp, 240-346)³⁴³.

A formação visa à missão. E a missão se alimenta do Espírito. Sendo assim, a atividade missionária exige uma espiritualidade específica que proporcione ao discípulo missionário uma identidade profunda vinculada não

³⁴² Cf. LIBÂNIO, João Batista. “Formação dos Discípulos Missionários”. In: *Vida Pastoral* 261 (2008), p. 29.

³⁴³ “Os discípulos de Cristo não podem ser medíocres, nem improvisados, nem charlatães, porque o que trazem nas mãos é a Boa Nova de Jesus, que devem entregar com a maior qualidade de que são capazes. O Evangelho merece, a comunidade cristã espera e a sociedade latino-americana precisa. Os discípulos e missionários medíocres não têm futuros num continente que tem urgência de qualidade humana, espiritual e apostólica”. Cf. MERLOS, Francisco. *Op. cit.*, pp. 213.

apenas ao seu agir, mas também ao seu ser. Os bispos em Aparecida reconhecem essa necessidade ao afirmarem que:

É necessário formar os discípulos numa espiritualidade da ação missionária, que se baseia na docilidade ao impulso do Espírito, à sua potência de vida que mobiliza e transfigura todas as dimensões da existência. Não é uma experiência que se limita aos espaços privados da devoção, mas que procura penetrá-los completamente com seu fogo e sua vida. O discípulo e missionário, movido pelo estímulo e ardor que provêm do Espírito, aprende a expressá-lo no trabalho, no diálogo, no serviço e na missão cotidiana (DAp, 284).

A raiz da espiritualidade missionária é a incorporação na Igreja missionária que se origina da missão do Filho e da missão do Espírito, segundo a caridade de Deus Pai. “A vocação ao discipulado missionário é con-vocação à comunhão em sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão” (DAp, 156). Assim,

A espiritualidade missionária não é algo de opcional, que está acima da realidade eclesial. Ela origina-se da natureza, da essência da Igreja³⁴⁴. É a marca dos seguidores de Jesus que assumem opções concretas da Igreja na sua caminhada, hoje, e até o final dos tempos³⁴⁵.

Essa perspectiva convoca a Igreja a ter uma visão da história e da realidade a partir do que é fundamental para Jesus: o Reino. Dessa maneira, ela poderá conjugar as suas forças com todos os seres humanos que queiram não só ajudar àqueles que se encontram excluídos à margem do caminho, mas que também queiram perguntar-se porque o caminho continua expulsando e descartando vidas humanas e, fundamentalmente como refazer ou gestar um caminho novo de inclusão, justiça, paz e fraternidade.

³⁴⁴ Para o Documento de Aparecida, *comunhão e missão* são dimensões transversais da espiritualidade, uma vez que “todos os organismos precisam estar animados por uma espiritualidade de comunhão missionária. ‘Sem este caminho espiritual, de pouco serviriam os instrumentos externos de comunhão. Mais do que modos de expressão e crescimento, esses instrumentos se tornariam meios sem alma, máscaras de comunhão’” (DAp, 203). Comunhão e missão visam à participação.

³⁴⁵ Cf. PANAZZOLO, João. *Missão para todos: introdução à missiologia*. São Paulo: Paulus, 2006, p. 124.